

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE HISTÓRIA**

LUIZA FAGUNDES DE ALMEIDA

**NARRATIVAS DE CONTROLE: CANDOMBLÉ, UMBANDA E A CONSTRUÇÃO
DA “RELIGIOSIDADE IDEAL” NA REVISTA O CRUZEIRO - DITADURA
CIVIL-MILITAR (1964-1985)**

CHAPECÓ - SC

2025

LUIZA FAGUNDES DE ALMEIDA

**NARRATIVAS DE CONTROLE: CANDOMBLÉ, UMBANDA E A CONSTRUÇÃO
DA “RELIGIOSIDADE IDEAL” NA REVISTA O CRUZEIRO - DITADURA
CIVIL-MILITAR (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof.^a Ms.^a Eliane Taffarel

CHAPECÓ - SC

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Almeida, Luiza Fagundes de
NARRATIVAS DE CONTROLE:: CANDOMBLÉ, UMBANDA E A
CONSTRUÇÃO DA ?RELIGIOSIDADE IDEAL? NA REVISTA O
CRUZEIRO - DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985) / Luiza
Fagundes de Almeida. -- 2025.
67 f.:il.

Orientadora: Prof^a. Ms^a. Eliane Taffarel

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2025.

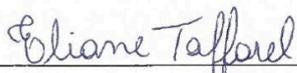
1. Candomblé, Umbanda, Ditadura Civil-Militar,
Revista O Cruzeiro.. I. Taffarel, Eliane, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**NARRATIVAS DE CONTROLE: CANDOMBLÉ, UMBANDA E A CONSTRUÇÃO DA
“RELIGIOSIDADE IDEAL” NA REVISTA O CRUZEIRO - DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1985)**

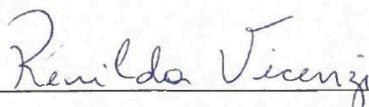
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 04/07/2025

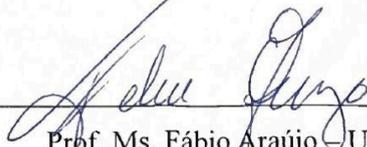
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Ms.^a Eliane Taffarel – UFFS
Orientadora



Prof.^a Dr.^a Renilda Vicenzi – UFFS
Avaliador



Prof. Ms. Fábio Araújo – UFFS
Avaliador

Dedico este trabalho à minha família, que sempre esteve ao meu lado, fazendo o possível e o impossível para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais Lúcio e Ivandina, por toda a educação, amor e dedicação com que sempre me cercaram. Foram eles que me ensinaram os valores que carrego e deram as bases para seguir em frente com coragem e responsabilidade.

Às minhas amigas Andreia, Luana e Rayssa, por nunca deixarem que eu desistisse, mesmo nos momentos em que tudo parecia difícil. A amizade de vocês foi abrigo, incentivo e combustível durante essa caminhada.

Ao meu amor, Thiago, que esteve presente nos dias mais desafiadores, oferecendo suporte, compreensão e carinho quando mais precisei. Sua presença foi imprescindível para que eu mantivesse a calma e a fé em mim mesma.

À minha orientadora, professora Eliane Taffarel, com quem tive a honra de trabalhar e aprender. Sua escuta atenta, seus conselhos generosos e sua confiança em meu trabalho foram decisivos para a construção dessa pesquisa.

À minha querida avó Joraci que, infelizmente, não poderá testemunhar minha formação, mas cuja memória e incentivo permaneceram vivos em cada passo que dei. Suas palavras de afeto a cada visita eram, para mim, verdadeira força.

Por fim, à minha família como um todo, que enfrentou longas viagens e distância para me ver feliz. A vocês, que sempre torceram por mim, minha eterna gratidão.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem.” – Paulo Freire¹

¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 8.

RESUMO

A presente pesquisa investiga as representações das religiões afro-brasileiras, especialmente o Candomblé e a Umbanda, nas reportagens da revista *O Cruzeiro* durante o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O objetivo principal é analisar de que forma o periódico contribuiu para a construção de uma “religiosidade ideal” que marginalizava e criminalizava práticas religiosas de matriz africana. Por meio de uma abordagem qualitativa e da metodologia de análise de periódicos proposta por Tânia de Luca, o trabalho observa os discursos visuais e textuais da revista e sua articulação com os interesses ideológicos do regime. A pergunta de pesquisa é: quais representações a revista *O Cruzeiro* faz da Umbanda e do Candomblé, no contexto da Ditadura Militar?. Os resultados indicam que *O Cruzeiro* atuou como um agente ativo na difusão de estereótipos, promovendo o silenciamento simbólico e social de comunidades afro-religiosas, ao mesmo tempo em que legitimava práticas religiosas alinhadas à moral cristã e à ideia de nação branca e ocidental. Conclui-se que a repressão sofrida por essas religiões durante o regime ditatorial não se limitou à esfera física, mas foi fortemente reforçada por mecanismos simbólicos da mídia — muitos dos quais persistem na contemporaneidade, alimentando a intolerância religiosa e o racismo estrutural.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar; Intolerância Religiosa; Candomblé; Umbanda; Revista *O Cruzeiro*.

ABSTRACT

This research investigates the representations of Afro-Brazilian religions, especially Candomblé and Umbanda, in the pages of *O Cruzeiro* magazine during the Brazilian civil-military dictatorship (1964–1985). The main objective is to analyze how the magazine contributed to the construction of an "ideal religiosity" that marginalized and criminalized African-based spiritual practices. Using a qualitative methodology and based on Tânia de Luca's framework for interpreting periodicals as cultural artifacts, the study examines the magazine's textual and visual narratives and their alignment with the authoritarian regime's ideological discourse. The findings reveal that *O Cruzeiro* actively promoted stereotypes and symbolically silenced Afro-religious communities, legitimizing instead a Christian, white, Western model of religiosity. The concluding remarks emphasize that the repression against these religions went beyond physical violence and was deeply reinforced by symbolic mechanisms of the media — many of which continue to echo in contemporary expressions of religious intolerance and structural racism.

Keywords: Civil-military dictatorship; Religious Intolerance; Candomblé; Umbanda; *O Cruzeiro* magazine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Manifestação das ligas durante a década de 1960	25
Figura 2 - Marcha da Família na Praça da Sé	27
Figura 3 - Protesto estudantil em outubro de 1968	28
Figura 4 - Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro	28
Figura 5 - Documento do SNI acusa Dom Helder Câmara de “pregação anti-brasileira” por denunciar torturas na ditadura.	48
Figura 6 - Imagens da revista O Cruzeiro sobre a Grande Noite de Iemanjá	50
Figura 7 -As duas primeiras folhas da matéria “Segredos do Candomblé”	52
Figura 8 - Imagens de alguns momentos da iniciação do jovem Yaô.	54
Figura 9 - A seção sobre o sacrificio animal.	55
Figura 10 - O jovem yaô ao final de sua iniciação.	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5 – Ato Institucional nº 5

CEV-RJ – Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

MDHC – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MNU – Movimento Negro Unificado

PIB – Produto Interno Bruto

SNI – Serviço Nacional de Informações

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 RAÍZES DA PERSEGUIÇÃO: AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS SOB A SOMBRA DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)	21
2.1 RELIGIÃO, POLÍTICA E REPRESSÃO	21
2.2 AS ORIGENS DO GOLPE DE 1964	24
2.3 O AI-5 E A SUPRESSÃO DAS LIBERDADES NO BRASIL	26
3 O PODER DO TERREIRO: A HISTÓRIA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS	30
3.1 O CANDOMBLÉ	30
3.2 A UMBANDA	32
4 UM OLHAR SOBRE A PERSEGUIÇÃO HISTÓRICA E ATEMPORAL CONTRA OS TERREIROS DE UMBANDA E CANDOMBLÉ	35
4.1 SOB O JULGAMENTO COLONIAL	36
4.2 SOB O JULGAMENTO REPUBLICANO	37
5 O CRUZEIRO E AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: UMA LEITURA DA IMPRENSA SOBRE A DITADURA MILITAR (1964-1985)	39
5.1 NÚMEROS QUE O PRECONCEITO OCULTA	40
5.2 CONCLUSÃO: A FÉ SOB CONTROLE	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) registrou 2.472 casos de intolerância religiosa pelo Disque 100, canal oficial do governo federal para o recebimento das denúncias de violações de direitos humanos (Serpa, Verônica. Alma Preta, 2025).

A região sudeste concentrou a maior parte das denúncias, com os estados de São Paulo (618), Rio de Janeiro (499) e Minas Gerais (205). As outras unidades federativas mais denúncias são: Bahia (175), Rio Grande do Sul (159) e o Distrito Federal (100) (Serpa, Verônica. Alma Preta, 2025).²

O dado alarmante, reforça a permanência histórica de intolerância religiosa no Brasil. Mesmo diante de avanços democráticos e da formalização de direitos constitucionais, as religiões afro-brasileiras seguem como alvos prioritários da violência simbólica e física. O que os números mostram é, portanto, a continuidade de práticas discriminatórias que atravessam gerações e estruturas sociais. Esse panorama atual permite evidenciar que os ataques direcionados à Umbanda e ao Candomblé não surgem do nada, mas estão enraizados em uma longa trajetória de marginalização, reforçada por instituições como o Estado, a Igreja e, sobretudo, os meios de comunicação. É nesse sentido que a presente pesquisa se insere, buscando contribuir para a compreensão histórica das formas como essas religiões foram tratadas pela mídia durante um dos períodos mais autoritários da história recente brasileira.

Partindo dessa premissa, a pergunta de pesquisa é: quais representações a revista *O Cruzeiro* faz da Umbanda e do Candomblé, no contexto da Ditadura Militar?. O objetivo geral é analisar a produção jornalística do referido periódico, buscando compreender as representações, mas também, observando a dinâmica de opressão e resistência vivenciada pelas comunidades afro-religiosas durante esse contexto histórico. Além disso, a pesquisa busca examinar a influência dos discursos midiáticos na construção e difusão de estereótipos e preconceitos contra o Candomblé e a Umbanda, explorando como a revista, de alcance nacional, retrata essas religiões.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, permitindo uma análise aprofundada dos discursos, práticas e representações sociais relacionadas às religiões afro-brasileiras, especialmente o Candomblé e a Umbanda, no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). As fontes primárias incluem reportagens publicadas na Revista *O Cruzeiro*. A

² Alma Preta. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/ataques-a-religoes-de-matriz-africana-lideram-denuncias-por-intolerancia-no-disque-100/?gad_source=1&gad_campaignid=22546923003&gbraid=0AAAAAqda5pxNw33IB3cYiwlehD5AsBlI3&gclid=CjwKCAjwvO7CBhAqEiwA9q2YJeZG4VJ3WmwYPLs-bke9stvoFFKYj3COh1gOgcTZFZs-cxUEM3J-ghoCpa4QAvD_BwE. Acesso em: 26 de junho de 2025.

respectiva revista é “um dos fenômenos editoriais que circulou em todo o território nacional por mais de 40 anos, sendo lida por variadas classes sociais” (Cazarin; Menezes, 2015, p. 112). A revista contava com publicações das mais diversas. Segundo o verbete, *O Cruzeiro* seria:

Como uma revista de variedades, suas matérias eram bastante diversificadas, incluindo desde “A evolução da moeda no Brasil”, esporte, moda, contos, poemas, cinema, até o colunismo social (“R. Societ”), charges e caricaturas, acontecimentos e fatos da semana, passando ainda por história, crônicas, concursos de fotografia e cobertura internacional (“Pelas cinco partes do mundo”). (*Cruzeiro, O*, s.d, p. 2).

A pluralidade de conteúdos da revista busca pensar na amplitude nacional e no entretenimento dos seus leitores, além disso, promove acesso aos temas políticos, econômicos, históricos e sociais de forma mais acessível. Ademais, a revista se diferenciava por conta do uso de elementos visuais, como as fotografias, as caricaturas e ilustrações, esses recursos, possibilitaram um caráter mais dinâmico e moderno para o periódico. Não só, mas também, uma seção dedicada para as notícias internacionais, promovendo uma conexão entre os brasileiros e os acontecimentos globais.

Diante do exposto, a escolha da revista *O Cruzeiro* como fonte, portanto, se justifica decorrente à sua ampla circulação, diversidade temática e capacidade de moldar as percepções sociais do período. A partir disso, a revista torna-se um objeto de estudos relevante para investigar as formas de visibilidade, silenciamento ou criminalização das religiões afro-brasileiras nos meios de comunicação comuns da época. No princípio, a proposta da pesquisa previa a utilização de jornais de circulação estadual ou regional como principais fontes documentais, para compreender como as religiões afro-brasileiras eram representadas em contextos mais específicos e localizados, especialmente no estado do Rio de Janeiro. Essa escolha partiu do pressuposto de que esses jornais ofereciam uma visão mais próxima da realidade cotidiana do Rio no período do regime, podendo revelar variações ligeiras das relações entre imprensa, religião e censura naquele momento.

Entretanto, com o avanço da pesquisa e no momento do levantamento dessas fontes, ficou perceptível uma significativa escassez de matérias jornalísticas que abordassem diretamente o tema das religiões afro-brasileiras. Acredita-se que a ausência de registros se relaciona aos efeitos diretos da censura imposta pela ditadura civil-militar (1964-1985), visto que, havia a repressão sistemática aos meios de comunicação, e restringia a circulação de conteúdos considerados "sensíveis" ou contrários ao ideal social imposto pelos militares. Dessa forma, isso inclui diretamente as religiões afro-brasileiras, já que por seu histórico de

estigmatização e associação à “depravação” foram impedidas e silenciadas nesse processo. Em suma, sua pouca visibilidade ou menções superficiais nas páginas dos jornais podem ser compreendidas como parte daquele projeto político de controle ideológico e cultural.

Diante do exposto, viu-se necessário reavaliar a estratégia de pesquisa e buscar fontes que tivessem maior capacidade de articulação simbólica e documental ao longo do período. Por isso, foi nesse contexto que a revista *O Cruzeiro* se apresentou como uma alternativa metodológica viável, visto que, oferecia ampla circulação nacional, diversidade temática e bons exemplos da opinião pública brasileira. Ademais, a revista disponibiliza um acervo mais extenso, além de permitir a investigação das formas visibilidade, silenciamento ou criminalização da Umbanda e do Candomblé nos meios de comunicação de grande alcance durante os anos de chumbo.

A análise das fontes foi conduzida de forma crítica e contextualizada, tendo como pano de fundo o regime civil-militar instaurado no Brasil a partir de 1964, com especial atenção às dinâmicas de poder entre o Estado e as religiões afro-brasileiras no espaço urbano do estado do Rio de Janeiro, então capital federal até 1960 e ainda um importante pólo político, cultural e midiático durante os anos de repressão. Por isso, nesse cenário, será fundamental observar como essas religiões foram representadas (ou silenciadas) nos meios de comunicação de grande circulação, em especial na revista *O Cruzeiro*.

As bibliografias utilizadas na pesquisa incluem obras de historiadores, antropólogos e sociólogos que se dedicaram a investigar o Candomblé e a Umbanda, a cultura afro-brasileira e os mecanismos de intolerância religiosa naturalizadas na sociedade brasileira desde o período colonial até os dias atuais. A produção sobre a ditadura civil-militar também é indispensável, especialmente no que diz respeito ao papel da imprensa no controle, na censura e na construção de narrativas públicas compatíveis com os interesses do regime autoritário.

Diante do exposto, a análise da revista *O Cruzeiro* como fonte histórica será orientada pelos pressupostos metodológicos propostos pela historiadora Tânia Regina de Luca em seu estudo sobre periódicos como fontes para a história. No capítulo "Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos" disponível no livro *Fontes Históricas*, a autora propõe que o historiador não apenas utilize os periódicos como meros repositórios de informação mas que os compreenda como "objetos culturais complexos", que expressam uma determinada lógica editorial, dialogam com públicos específicos e estão inseridos em redes de poder, mercado e censura (Luca, 2008, p. 111). Por isso, é essencial que o pesquisador considere aspectos como a linha editorial da publicação, o perfil de seus colaboradores, a estrutura gráfica e os recursos

visuais, o tratamento dado aos temas e personagens, bem como os silêncios, omissões e deslocamentos de sentido.

Além disso, a autora destaca que “os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que o cercam” (Luca, 2008, p. 125), por isso, exige uma leitura que vá além do conteúdo textual e inclua também elementos visuais, o posicionamento dos textos na diagramação, as fotografias e as estratégias de construção de manchetes e chamadas. Nesse contexto, o conteúdo das reportagens deve ser interpretado à luz do contexto político em que foram produzidas, sobretudo em um período marcado pela censura, pelo controle das expressões públicas de religiosidade e pela criminalização de manifestações culturais não alinhadas aos discursos dos militares.

Outrossim, a autora ressalta que “a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (Luca, 2008, p. 126), isso reforça a ideia de que os periódicos são também instrumentos de mediação ideológica. Dessa forma, é particularmente relevante no caso da revista *O Cruzeiro*, que, ao longo da ditadura civil-militar, atuou não apenas como veículo de entretenimento ou informação, mas também como um agente de formação de mentalidades, moldando as percepções sobre o que era considerado “legítimo” ou “desviante” em termos religiosos, culturais e sociais.

Logo, a aplicação da metodologia de Tânia de Luca permitirá não apenas compreender o que a revista dizia sobre a Umbanda e o Candomblé, mas, como essas religiões eram enquadradas, visualmente construídas e inseridas - ou excluídas - do imaginário público. A abordagem que a autora sugere possibilita observar que os periódicos não apenas informam, mas também ajudam a construir ideias e opiniões sobre determinados grupos sociais.

A justificativa para esta pesquisa parte da constatação de uma lacuna ainda presente nos estudos sobre a ditadura civil-militar no Brasil, especialmente no que diz respeito às experiências de resistência das comunidades afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda. Embora a repressão ditatorial e as perseguições políticas tenham sido amplamente investigadas, a forma como essas práticas religiosas foram afetadas e resistiram à opressão institucional ainda carece de aprofundamento no campo historiográfico.

Não só, mas também, minha motivação pessoal se entrelaça com este projeto. Nascida e criada no interior, cresci ouvindo inúmeras falas carregadas de preconceito tanto em relação às religiões de matriz africana quanto sobre o período do regime militar, no qual, muitas vezes tratada como uma fase de “ordem e progresso”. Essas narrativas, transmitidas como verdades absolutas, começaram a ser questionadas ao ingressar na universidade, já que, o contato com

pesquisas acadêmicas, fontes históricas e diferentes interpretações sobre o passado permitiu que eu revisse profundamente essas visões, despertando o desejo de investigar com mais profundidade os silenciamentos e distorções que envolvem esses temas. Ademais, ressalto que, embora não pertença a nenhuma religião de matriz africana, minha abordagem se dá a partir da posição de historiadora e pesquisadora comprometida com a análise crítica das representações e com o reconhecimento das violências simbólicas e institucionais sofridas por essas comunidades.

Por fim, a escolha do Rio de Janeiro como recorte espacial se justifica por ser um dos principais centros urbanos do país, no qual as práticas afro-religiosas não apenas se consolidaram com grande expressividade, mas também, enfrentaram formas de repressão durante o regime militar. Além disso, a cidade foi palco de tensões entre visibilidade e perseguição, sincretismos e resistência, oferecendo um campo fértil para compreender como essas comunidades reagiram e sobreviveram às imposições de um regime autoritário. Então, ao reunir vivências pessoais, inquietações acadêmicas e um olhar atento às lacunas historiográficas, esta pesquisa busca contribuir para a história social das religiões, para os estudos sobre a ditadura civil-militar (1964-1985) e, mais amplamente, para as compreensões dinâmicas socioculturais brasileiras.

As fontes analisadas traçam um panorama histórico da visibilidade, dos silêncios e da intolerância religiosa direcionada às religiões afro-brasileiras na Revista *O Cruzeiro*, revelando um padrão persistente de discriminação e violência, especialmente durante o período da Ditadura Civil-Militar. Foram examinadas quatro reportagens publicadas entre os anos de 1970 e 1978, todas dedicadas ao Candomblé e à Umbanda. “A Grande Noite de Iemanjá”, de Carlos Lysias (1970); “Segredos do Candomblé: Os filhos dos deuses africanos”, de José de Oliveira (1973); “A noite dos Orixás”, de Ubiratan de Lemos (1975); e “Saravá, Iemanjá: protetora do mundo” (1978), de Luiz Antônio Luz. Essas matérias refletem diferentes estratégias de representação e contribuem para compreender como a mídia hegemônica construiu um imaginário ambíguo e estereotipado sobre as religiões de matriz africana.

Em “Candomblé e Umbanda: caminhos da devoção brasileira” (2006), Vagner Gonçalves da Silva explora os desafios para reconstruir a história dessas religiões afro-brasileiras, destacando a carência de registros históricos consistentes e a predominância de documentos produzidos por instituições repressivas, como a Inquisição e a polícia. Essa escassez resulta em uma narrativa marcada por lacunas e vieses, dificultando uma compreensão integral do contexto histórico e cultural dessas práticas religiosas. Conforme

apontado pelo autor, os relatos disponíveis frequentemente refletem as visões limitadas e preconceituosas de viajantes estrangeiros e cronistas, que, ao focarem em aspectos folclóricos e exóticos, negligenciam a riqueza teológica e a profundidade cultural do Candomblé e da Umbanda (Silva, 2006, p. 12). Assim, a reconstrução histórica dessas tradições exige um esforço crítico para reinterpretar fontes enviesadas e valorizar as vozes dos próprios praticantes.

A presente pesquisa fará sua análise, também, a partir do campo teórico de intolerância religiosa e do racismo religioso. No campo da intolerância religiosa contemporânea, Sidnei Nogueira (2020) analisa o impacto do discurso neopentecostal, que frequentemente promove a “demonização” das religiões afro-brasileiras. Em sua obra, o autor menciona textos como “Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?” (1988), de Edir Macedo, que utiliza uma retórica racista e etnocêntrica para deslegitimar essas tradições. Nogueira destaca que, por meio de uma linguagem cuidadosamente construída, o neopentecostalismo reforça preconceitos históricos, associando práticas afro-brasileiras ao mal e à idolatria. Esse discurso estratégico, que combina elementos religiosos e sociais, opera como uma ferramenta poderosa de estigmatização, contribuindo para a marginalização de tais religiões e para o aumento da intolerância no cenário brasileiro. O autor ressalta, ainda, a importância de uma análise crítica do discurso religioso para desconstruir narrativas que perpetuam o racismo e a exclusão social (Nogueira, 2020, p. 14).

A relação entre a Umbanda e o contexto da ditadura civil-militar também apresenta nuances relevantes, como observado por Fabíola Amaral Tomé de Souza (2016) em sua pesquisa sobre a cidade de Barra Mansa, Rio de Janeiro. A autora aponta que, enquanto o regime implementou políticas de reconhecimento e legitimação da Umbanda em algumas esferas de poder, essa aceitação não se traduziu em uma proteção ampla contra a repressão. Em 2015, a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro revelou que não foram coletados depoimentos ou documentos que tratassem diretamente das violências e violações sofridas por praticantes dessas religiões no estado, indicando uma lacuna significativa na memória oficial sobre o período (CEV-Rio, 2015, p. 133). Essa ausência reforça a necessidade de ampliar as investigações sobre como as religiões afro-brasileiras vivenciaram e resistiram às pressões do regime autoritário, especialmente em contextos locais.

Por fim, Ana Paula Mendes de Miranda e Leonardo Vieira Silva (2024) lançam luz sobre as desigualdades regionais na repressão às religiões afro-brasileiras durante a ditadura, com foco nas diferenças entre o eixo Rio-São Paulo e o Nordeste. Enquanto no Rio e em São Paulo a Umbanda ascendeu como uma “religião nacional”, promovendo uma imagem de

integração cultural e sustentando o mito da democracia racial, em outras regiões do país os terreiros enfrentaram níveis de perseguição mais intensos. Essa disparidade revela não apenas a complexidade da repressão estatal, mas também como a aceitação da Umbanda em alguns contextos foi instrumentalizada para mascarar práticas de racismo e opressão contra outras tradições afro-religiosas. Sobre isso podemos observar essa aceitação a partir do embranquecimento, que não é por si só um problema, mas o embranquecimento que traz a branquitude - estrutura de poder que investiu na desafricanização da Umbanda - e trouxe diversas violências - antes mesmo do contexto estudado nesta pesquisa.

A partir do mapeamento bibliográfico e das fontes, pode-se observar a trajetória das religiões afro-brasileiras no Brasil, revelando uma constante luta contra a intolerância religiosa e a busca por reconhecimento e direitos. Essa luta se desenrola em meio a um contexto histórico marcado por racismo estrutural, repressão estatal e tentativas de silenciamento, além disso, documentam a violência física e simbólica sofrida por praticantes dessas religiões, incluindo prisões, invasões de terreiros, destruição de objetos sagrados e humilhações públicas. A criminalização de práticas como o curandeirismo e a demonização de entidades cultuadas reforçam o estigma associado a essas religiões.

O silenciamento, a invisibilização e a desqualificação das religiões afro-brasileiras se perpetuam através da subnotificação de casos de violência, da falta de representatividade em espaços de poder e da perpetuação de estereótipos na mídia e no discurso público. A luta por reconhecimento e direitos por parte das religiões afro-brasileiras se intensificou após a redemocratização. A criação da Renafro em 2003, a realização de conferências e a publicação de manifestos evidenciam a organização e a mobilização desses grupos em busca de espaço e visibilidade. A reivindicação da identidade religiosa e a recusa do sincretismo forçado com o catolicismo demonstram a afirmação da alteridade religiosa e a busca por um lugar legítimo na sociedade brasileira.

A resistência à intolerância religiosa se expressa não apenas na busca por reconhecimento jurídico, mas também na preservação de tradições e na afirmação da identidade cultural. A transmissão de conhecimentos ancestrais, a realização de rituais e a formação de novas gerações de líderes religiosos garantem a continuidade dessas religiões e a resistência ao silenciamento.

A presente pesquisa está estruturada em três capítulos principais, seguidos das considerações finais. A organização busca conduzir o leitor de forma progressiva, partindo de um amplo panorama histórico e conceitual sobre a perseguição às religiões de matriz africana,

passando por uma contextualização histórica dessas religiões, para então adentrar a análise específica que constitui o cerne deste trabalho.

O primeiro capítulo, intitulado "Raízes da Perseguição: As Religiões Afro-brasileiras sob a Sombra da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)", se dedica a construir o alicerce histórico e teórico da pesquisa. Nele, é traçada a genealogia da violência contra as religiões de matriz africana, desde o período colonial, marcado pela imposição do catolicismo, até a perseguição sistemática da República. O capítulo analisa como a ditadura civil-militar (1964-1985) não apenas deu continuidade a essa estrutura, mas instrumentalizou como política de Estado, adotando o "mito da democracia racial" como mecanismo de controle e tratando qualquer debate sobre a questão racial como uma ameaça à segurança nacional, conforme evidenciado em documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Adota-se o conceito de "racismo religioso" como chave de análise, compreendendo que a perseguição transcende a fé e ataca o "modo de vida negro". O capítulo também contextualiza o cenário político que permitiu a ascensão do regime, abordando as origens do golpe de 1964 e a consolidação do aparato repressivo com o Ato-Institucional nº 5 (AI-5).

O segundo capítulo, "O Poder do Terreiro: História das Religiões Afro-brasileiras", oferece uma contextualização sobre as duas principais religiões analisadas, detalhando suas origens, estruturas e singularidades. A primeira parte é dedicada ao Candomblé, explicando seu surgimento como forma de resistência e preservação da cultura africana durante a escravidão, a estruturação dos terreiros a partir da família-de-santo e a organização baseada no conceito de "nação", como os ritos jeje-nagô e Angola. A segunda parte deste trabalho dedica-se à Umbanda, compreendida não como uma religião com origem única e fixada em um evento fundador, mas como um fenômeno religioso de constituição longa, múltipla e rizomática. Longe de ter "surgido" propriamente no início do século XX, a Umbanda se formou a partir da confluência de diversas práticas espirituais já presentes no Brasil desde o período colonial, como os calundus, as macumbas e os cultos de cura e adivinhação. Seu desenvolvimento incorporou elementos do Candomblé, do catolicismo popular, das tradições indígenas e, de modo particular, do espiritismo kardecista, que serviu, em determinados contextos, como mediador discursivo e institucional para sua legitimação social.

O terceiro capítulo, intitulado "*O Cruzeiro* e as Religiões Afro-brasileiras: Uma Leitura da Imprensa sobre a Ditadura Civil-Militar (1964-1985)", constitui um núcleo analítico deste trabalho. O foco é investigar como a revista *O Cruzeiro*, um veículo de grande circulação e alinhado aos interesses do regime militar, representou a Umbanda e o Candomblé. A análise demonstra uma abordagem dupla: a Umbanda era frequentemente

folclorizada e apresentada como espetáculo de massas ou como um "mecanismo de Segurança Nacional" apolítico; em contrapartida, o Candomblé era retratado de forma sensacionalista e exótica, com ênfase em rituais "secretos" e no sacrifício animal, utilizando uma linguagem pejorativa para descrever suas práticas. Este capítulo contrasta a narrativa midiática com a realidade da perseguição a partir de testemunhos sobre a violência do Estado, e discute a lógica da "legitimação seletiva" de líderes religiosos que se adequam aos códigos de elite.

2 RAÍZES DA PERSEGUIÇÃO: AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS SOB A SOMBRA DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Neste capítulo, abordaremos as intrincadas relações entre as religiões afro-brasileiras e a ditadura civil-militar no Brasil, período que se estendeu de 1964 a 1985. É crucial analisar como este período impactou as práticas, a visibilidade e a luta por reconhecimento dessas religiões, que se viram em um contexto ambíguo, marcado por repressão e formas indiretas de controle e resistência.

2.1 RELIGIÃO, POLÍTICA E REPRESSÃO

A ditadura civil-militar, com seu regime de exceção, impôs censura, perseguição política e repressão à liberdade de expressão. Apesar da narrativa oficial de um país sem racismo, as religiões afro-brasileiras continuaram a enfrentar perseguição. Seus rituais, frequentemente estigmatizados como "primitivos" e "atrasados", eram associados à criminalidade, justificando ações policiais violentas e invasões de terreiros. De acordo com Miranda (2024, p. 2) a repressão se intensificou com a proibição da presença de crianças nos cultos e com a dificuldade em obter reconhecimento legal para os terreiros, como demonstrado pela necessidade de realizar suas práticas no anonimato e longe dos centros urbanos.

A perseguição às religiões de matriz africana no Brasil não é um fenômeno isolado, mas uma expressão direta das relações étnico-raciais que estruturaram o país. Essa violência tem raízes no período colonial, quando o projeto de dominação buscou anular as culturas africana e indígena para impor um padrão eurocêntrico e cristão (Franco, 2021). Para os africanos escravizados, a religião tornou-se um dos principais mecanismos de sobrevivência e resistência diante da brutalidade, permitindo-lhes manter vivas suas tradições (Franco, 2021). A intolerância, portanto, está intrinsecamente ligada a um preconceito racial "declarado contra o negro desde os navios negreiros" (Silva; Soares, 2015, p. 3).

Essa hostilidade foi capitaneada ideologicamente pela Igreja Católica, que, em sua estratégia de representação, buscou fundir a identidade nacional com a catolicidade. O Brasil era retratado como uma nação cuja alma foi formada pela cruz, e qualquer manifestação religiosa divergente era tratada como uma ameaça à ordem e à civilização (Isaia, 1998). Artur Isaia (1998) exemplifica essa visão ao analisar o discurso de autoridades como o Cardeal

Motta, que em 1953 via o avanço dos cultos afro-brasileiros como uma regressão "da senzala para o salão", tratando-os como um atentado contra a moral e os "foros de educação" do país.

Além da repressão, houve um marco legal que criminalizou as religiões de terreiro ao longo da história brasileira. Destacam-se a Lei contra Feiticeiros de 1805, que já criminalizava práticas consideradas supersticiosas; a Lei de Terras de 1850, que dificultava o acesso à terra e impactava os espaços sagrados; o Estatuto da Terra de 1964, que reforçou o controle territorial; a Lei contra o Charlatanismo de 1948, que visava restringir práticas religiosas e terapêuticas; e os Alvarás para terreiros da Bahia em 1972, que institucionalizaram a vigilância burocrática sobre esses espaços. Segundo Capone (2014), essas legislações compõem um quadro legal de criminalização e controle que reforçou a marginalização das religiões afro-brasileiras, somando-se à repressão ideológica promovida pela Igreja e pelo Estado.

Com a chegada da ditadura civil-militar em 1964, essa estrutura racista foi não apenas mantida, mas instrumentalizada como política de Estado. O regime adotou o "mito da democracia racial como um dos seus mecanismos ideológicos de controle" (Pires, 2018, p. 1058), tornando qualquer debate sobre a questão racial um ato potencialmente subversivo. Documentos dos órgãos de segurança, como uma informação produzida para o Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1974, demonstram essa paranoia estatal:

Existe no BRASIL, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio dos órgãos de comunicação social. Pela análise realizada pelos Órgãos de Informações, em 1971, conclui-se que indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto, [...] Nesses anos, a repercussão do assunto foi considerável, chegando a influir na moda com o aparecimento de um novo tipo de cabeleira, gestos típicos e dísticos alusivos em peças de roupas, visando a dar uma conotação de presença e fortalecimento da raça de cor negra. Nos Estados Unidos da América do Norte, a criação e atuação dos grupos e movimentos conhecidos por 'PANTERAS NEGRAS', 'BLACK POWER' e outros de menor expressão, tem extensões que extrapolam os problemas locais, repercutindo em vários outros países, assumindo formas de organizações internacionais, sempre seguindo as premissas do M. C. I. [Comunismo Internacional], em colimar o agravamento das tensões sociais, visando à destruição das sociedades ocidentais. O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional (INFORMAÇÃO 437/74 apud Pires, 2018, p. 1059-1060).

Sob essa lógica, a repressão voltou-se diretamente contra os processos de articulação da população negra, fossem eles culturais ou políticos. Organizações como o Instituto de

Pesquisa da Cultura Negra (IPCN) e movimentos como *Black Soul* passaram a ser sistematicamente monitorados, e suas lideranças, vistas como uma ameaça (Pires, 2018). A violência policial, já uma constante histórica, foi intensificada e justificada pela doutrina de segurança nacional. Thula Pires (2018) recupera o pensamento de Lélia Gonzalez, que já em 1982 analisava que a repressão policial sistemática e racista tinha como objetivo impor uma "submissão psicológica através do medo".

Diante disso, a designação "intolerância religiosa" se mostra insuficiente. Conforme argumenta Gilciana Franco (2021, p. 39), a violência contra os terreiros ataca o próprio "modo de vida negro", transcendendo a simples divergência de fé. Por essa razão, o conceito de racismo religioso é defendido como mais adequado, pois situa a perseguição em uma "engenharia de dominação/subordinação que tem a raça/racismo/colonialismo" como suas verdadeiras matrizes (Franco, 2021, p. 40). A luta dessas religiões, portanto, é a própria luta antirracista pela sobrevivência e pelo direito de existir.

Diante da repressão, as religiões afro-brasileiras demonstraram resiliência, buscando preservar suas tradições e lutar por seus direitos. O sincretismo religioso, antes utilizado como forma de resistência durante a escravidão, passou a ser questionado como um obstáculo à afirmação da identidade afro-brasileira.

A partir disso, Sidnei Nogueira esclarece:

O racismo religioso condena a origem, a existência, a relação entre uma crença e uma origem preta. O racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. Trata-se da alteridade condenada à não existência. Uma vez fora dos padrões hegemônicos, um conjunto de práticas culturais, valores civilizatórios e crenças não pode existir; ou pode, desde que a ideia de oposição semântica a uma cultura eleita como padrão, regular e normal seja reiteradamente fortalecida. (Nogueira, 2020, p. 47).

A luta por reconhecimento legal e pelo direito de existir na sociedade brasileira marcou a trajetória das religiões afro-brasileiras durante a ditadura. A busca por imunidade tributária para os terreiros, a mobilização contra a discriminação religiosa e a defesa da liberdade de culto foram algumas das bandeiras levantadas por essas comunidades.

É fundamental destacar que a experiência das religiões afro-brasileiras durante a ditadura foi heterogênea. As diferentes religiões, como Umbanda e Candomblé, vivenciaram esse período de maneiras distintas, e as reações à repressão variaram entre os diferentes grupos e terreiros. As fontes apontam que a Umbanda, por exemplo, teve maior visibilidade na mídia, tornando-se a "religião nacional", enquanto o Candomblé buscou se fortalecer em suas raízes africanas.

Ana Paula Mendes de Miranda e Leonardo Vieira Silva explicam que:

Esse cenário contrasta com a visibilidade que os templos umbandistas alcançaram durante a ditadura civil-militar no eixo Rio-São Paulo. O crescimento das federações, muitas vezes lideradas por militares ou policiais, praticantes da religião, fez com que ela se destacasse nos meios de comunicação, como rádio, jornais e revistas, além da produção audiovisual. O interesse público crescente pelo tema foi evidenciado pelo aumento na tiragem de publicações sobre Umbanda e Candomblé. (Miranda; Silva, 2024, p. 2).

O período da ditadura civil-militar foi um momento crucial na história das religiões afro-brasileiras, moldando suas práticas, sua visibilidade e sua luta por reconhecimento. As marcas deixadas por esse período ainda se fazem presentes na sociedade brasileira, e a luta contra a discriminação religiosa e pela valorização da cultura afro-brasileira continua sendo uma batalha diária. É importante lembrar que a subnotificação de casos de perseguição aos terreiros durante a ditadura dificulta a análise completa desse período, e muitas violências permanecem fora da história oficial.

2.2 AS ORIGENS DO GOLPE DE 1964

O período que antecedeu a ditadura militar no Brasil, especialmente a década de 1960, foi uma fase de grande complexidade, marcada por intensas transformações socioeconômicas, polarização política e efervescência cultural. O Brasil carregava consigo um legado autoritário enraizado em seu passado colonial e patrimonialista. Essa herança se manifestava em estruturas de poder centralizadas, desigualdade social persistente, clientelismo e a naturalização da violência como instrumento de controle social. Essa tradição autoritária criou um terreno fértil para o florescimento de regimes de exceção e a recorrência de rupturas institucionais ao longo da história republicana.

Primeiramente, o contexto global da Guerra Fria exacerbou as tensões ideológicas no Brasil, dividindo a sociedade entre "comunistas" e "anticomunistas". De acordo com Rollemberg (2003, p. 64), “a relação das Ligas Camponesas com Cuba, por exemplo, traduzida no apoio material, logístico e ideológico, evidencia a definição de uma parte das esquerdas pela luta armada no Brasil, ainda no governo democrático, antes da ditadura civil-militar”, ou seja, polarização se intensificou com a Revolução Cubana em 1959, e acendeu o medo do "fantasma comunista" entre setores conservadores da sociedade brasileira.

Figura 1 - Manifestação das ligas durante a década de 1960



Fonte: Memórias da Ditadura, 1960.³

Além disso, o processo de industrialização acelerada no pós-guerra, impulsionado pelo nacional-desenvolvimentismo, gerou um rápido crescimento econômico, mas também agravou as desigualdades sociais e regionais. A concentração de renda, a migração massiva do campo para a cidade e a emergência de novas classes sociais criaram um quadro de instabilidade social e pressão por reformas estruturais, como os professores Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, explicam:

Os primeiros anos da década de 1960 marcaram o fim de um período de crescimento acelerado na economia brasileira. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, por 15 anos, a taxa média anual de crescimento do PIB do Brasil foi uma das maiores do mundo. Esta economia expandia-se a um ritmo superior ao de qualquer outro país latino-americano, sendo superada no Ocidente apenas pela Alemanha e no Oriente pelo Japão e pelas ainda pequenas economias da Coreia do Sul e de Taiwan. (Prado; Earp, 2003, p. 245).

O período pré-ditadura foi marcado por uma intensa mobilização social, com a participação de estudantes, trabalhadores, artistas e intelectuais em protestos contra o governo e em defesa de reformas sociais, o movimento sindical, em especial, ganhou força e protagonismo, com a realização de greves e manifestações em busca de melhorias salariais e condições de trabalho:

[...] avançava impetuosamente o maior movimento de massas da história nacional e o País já se achava no redemoinho de uma crise institucional. As diversas correntes da esquerda, marxista e não marxista, souberam tomar a frente do movimento de massas, formular suas reivindicações e fazê-lo crescer. Cometeram erros variados no processo, mas o erro fundamental consistiu em não se prepararem a si mesmas, nem

³ Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/manifestacao-das-ligas-durante-a-decada-de-1960/>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

aos movimentos de massa organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas. (Gorender apud Rollemberg, 2003, p. 66).

O fim do período de crescimento acelerado, no início da década de 1960, contribuiu para o clima de instabilidade política e social. A inflação galopante, o desemprego e a queda do poder de compra da população geraram um quadro de descontentamento generalizado e alimentaram as demandas por mudanças estruturais.

2.3 O AI-5 E A SUPRESSÃO DAS LIBERDADES NO BRASIL

Primeiramente, a ditadura instaurada no Brasil em 1964 consolidou-se sobre um complexo aparato repressivo que, embora tenha atingido seu ápice com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, operou desde os primeiros momentos do regime. A violência estatal, marcada por censura, prisões arbitrárias, tortura e assassinatos, não foi apenas uma ferramenta de eliminação da oposição política; foi também um instrumento de legitimação que se valeu da defesa da "moral e dos bons costumes" para angariar o apoio de setores conservadores da sociedade (Setemy, 2018).

Nesse sentido, a base ideológica que sustentou essa estrutura foi a Doutrina de Segurança Nacional, que reconfigurou a noção de guerra para um combate a um "inimigo interno". Este inimigo, segundo essa visão, agia por meio de uma "guerra psicológica adversa", ameaçando os pilares da nação ao afrontar "os valores morais, aos fundamentos família e pela disseminação de maus hábitos, especialmente entre os jovens" (Setemy, 2018, p. 179). Essa paranoia anticomunista encontrou forte respaldo em movimentos civis, como as "Marchas da Família, com Deus pela Liberdade", que viam as transformações comportamentais dos anos 1960 como uma ameaça aos valores da "família cristã" e apoiavam uma intervenção estatal para restaurar ordem.

Figura 2 - Marcha da Família na Praça da Sé



Fonte: Memórias da Ditadura, 1964.⁴

Para efetivar esse controle, o regime militar investiu na criação de uma vasta rede de vigilância. O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964, tornou-se o órgão central de um sistema que se estendeu por toda a administração pública por meio das Divisões de Segurança e Informações (DSI) e das agências de inteligência das Forças Armadas. Carlos Fico (2003, p. 180) descreve a mentalidade que guiava esse sistema como uma "paranoia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal", na qual qualquer ato, de uma pichação a uma reunião de professores, poderia ser interpretado como um passo na "escalada do movimento comunista internacional".

Diante desse cenário, a crescente mobilização social de 1968, com destaque para as greves operárias de Contagem e Osasco e as grandes manifestações estudantis, como a Passeata dos Cem Mil, acirrou a tensão entre a sociedade e o regime. A recusa do Congresso Nacional em autorizar o processo contra o deputado Marcio Moreira Alves, que havia proferido um discurso crítico aos militares, foi o estopim para a consolidação do poder da chamada "linha dura" das Forças Armadas (D'Araújo; Joffily, 2003).

⁴ Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/marcha-da-familia-na-praca-da-se/>. Acesso em: 20 de junho de 2025.

Figura 3 - Protesto estudantil em outubro de 1968



Fonte: Memórias da Ditadura, 1968.⁵

Figura 4 - Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro



Fonte: Memórias da Ditadura, 1968.⁶

Como resultado, em 13 de dezembro de 1968, foi editado o AI-5, um marco que representou a vitória da ala mais radical do regime. Como definem D'Araújo e Joffily (2003, p. 51), "o AI-5 ficou conhecido como 'o golpe dentro do golpe'. Com esse instrumento, o país perdeu o que lhe restava de liberdades públicas e individuais. Começaram de fato os anos de chumbo". O Ato suspendeu as últimas garantias constitucionais e conferiu ao Executivo poderes discricionários.

D'Araujo e Joffily explicam, ainda, que:

O AI-5 veio como resposta do governo. Com ele, era permitido ao Executivo decretar o recesso dos poderes legislativos em todos os níveis, podendo, nesse ínterim, legislar em todas as matérias. Também delegava ao presidente da República o poder de decretar intervenção em estados e municípios, "sem as limitações previstas na Constituição", suspender os direitos políticos de "quaisquer cidadãos"

⁵ Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/protesto-estudantil-em-outubro-de-1968/>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

⁶ Memórias da Ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/fotografia/passeata-dos-cem-mil-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 de junho de 2025.

pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos em todos os níveis. Suspendia todas as garantias de vitaliciedade e estabilidade de magistrados e funcionários públicos e assegurava ao Executivo o direito de demitir, remover e aposentar funcionários e transferir para a reserva ou reformar militares ou policiais militares. Permitia ainda o confisco de bens de quem houvesse enriquecido ilicitamente, a decretação de estado de sítio e sua prorrogação. Mais significativamente, suspendia a garantia de habeas corpus para “crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”. A censura à imprensa agravou-se. Distinto dos atos que o precederam, o AI-5 não tinha prazo final de vigência: acabou durando uma década. (D’Araujo; Joffily, 2003, p. 52).

Conseqüentemente, com base nesse poder absoluto, a ditadura institucionalizou seus mecanismos de violência. Foram criados os Centro de Operações de Defesa Interna e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI-CODI), que se tornaram os principais centros de tortura e assassinato de opositores políticos (Fico, 2003). Simultaneamente, o AI-5 forneceu a base para a censura sistemática, não apenas de conteúdo político, mas também moral. O Decreto-lei nº 1.077, de 1970, proibiu a circulação de publicações "contrárias à moral e aos bons costumes", sob a justificativa de que tais obras obedeciam a um "plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional" (Setemy, 2018, p. 188). Dessa forma, a repressão política e a cruzada moral se fundiram, legitimando a violência do Estado como uma ação indispensável para proteger a nação tanto da "subversão" ideológica quanto da "pornografia" cultural.

3 O PODER DO TERREIRO: A HISTÓRIA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

As religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, são expressões vibrantes da cultura e da fé do povo brasileiro. Suas raízes remontam à diáspora africana, ao período da escravidão e à resistência cultural dos negros trazidos forçadamente para o Brasil. A história dessas religiões é marcada pela luta contra a intolerância, o racismo e a perseguição, mas também pela força ancestral, pela capacidade de reinvenção e pela busca pela liberdade religiosa.

3.1 O CANDOMBLÉ

O Candomblé surgiu como uma forma de resistência e de preservação da cultura africana em solo brasileiro. Africanos escravizados, separados de suas famílias e de suas terras, encontraram no culto aos Orixás um elo com suas raízes e uma fonte de força para enfrentar a crueldade da escravidão.

A família-de-santo foi a forma de organização que estruturou os terreiros onde negros e mulatos, destituídos de um grupo de referência pela escravidão, se reuniam, estabelecendo vínculos baseados em laços de parentesco religioso. Essa forma de organização persiste até hoje. (Silva, 2005, p. 56-57).

Existiam manifestações culturais, que antecederam as casas de Candomblé, essas, já demonstravam a capacidade de adaptação dos africanos escravizados. No período colonial, utilizava-se o termo “calundu”, esse termo percorreu até o século XVIII, posteriormente, surgem as casas de candomblé e os terreiros de candomblé.⁷

O nome mais frequente para as religiões de origem africana no Brasil até o século XVIII parece ter sido calundu termo de origem banto, que ao lado de outro como batuque ou batucajé designava e abrangia imprecisamente toda sorte de dança coletiva, cantos e músicas acompanhadas por instrumentos de percussão, invocação de espíritos, sessão de possessão, adivinhação e cura mágica. (Silva, 2005, p. 43).

⁷Antes dos Calundus, existiam as chamadas “Santidades”, que foram espaços de resistência e articulação cultural entre indígenas, africanos e seus descendentes já desde o século XVI. Entre os séculos XVII e XVIII, destacam-se os Calundus, que deram lugar às Cabuluas no século XIX. No Rio de Janeiro, entre os séculos XIX e XX, surgem as Macumbas. A Umbanda também deriva desse processo de resistência.

Ainda de acordo com Silva (2005, p. 65), "a forma de cultuar os deuses (seus nomes, cores, preferências alimentares, louvações, cantos, dança e música), foi distinguida pelos negros segundo modelos de rito chamados de nação", ou seja, os terreiros, além de buscarem recriar os padrões religiosos de culto praticados na África, também se estruturavam com base em uma identidade étnica compartilhada, semelhante à organização social encontrada nos reinos africanos.

Segundo Silva (2005), a princípio, as três principais nações cultuadas nas religiões afro-brasileiras, Jeje, Ketu e Angola, correspondem a diferentes matrizes étnico-linguísticas africanas, Jeje está relacionada ao povo Fon; Ketu aos iorubás; e Angola aos povos Banto. No rito jeje-nagô (associado principalmente à tradição Ketu), "é considerado mais puro ou superior aos demais porque nele foram preservadas, com maior fidelidade, às origens africanas" (Silva, 2005, p. 66). Nessa vertente, cultuam-se os orixás, voduns, erês e caboclos; os atabaques são tocados com varas chamadas aguidavis e os cantos mantêm, majoritariamente, o uso de dialetos africanos (Silva, 2005).

O segundo, rito de Angola, "abrange o cerimonial congo e cabinda, procura enfatizar a herança das religiões bantos" (Silva, 2005, p. 66). Essa nação, é vista pelas outras como corrompida - mesmo sendo a mais praticada pelo povo-de-santo -, ela cultua "além dos inquices (deuses dos bantos), os orixás, os voduns, os vunjes e os caboclos" (Silva, 2005, p. 67), e, os atabaques são tocados com as mãos, bem como, os cantos possuem diversos termos em português.

O candomblé de angola⁸, pelo grande afluxo e dispersão dos bantos no Brasil, difundiu-se por quase todo o país. Em alguns estados, em fins do século XIX, o candomblé de angola, sempre aberto às influências católicas e ameríndias, recebeu nomes próprios como cabula, no Espírito Santo, macumba, no Rio de Janeiro, e candomblé de caboclo, na Bahia. É claro que esses cultos também foram permeáveis à influência jeje-nagô e muitas vezes não sabemos ao certo qual delas predominou. (Silva, 2005, p. 67).

Apesar de os terreiros de candomblé serem tradicionalmente organizados em "nações" relacionadas aos grupos étnicos africanos, isso não implica que os cultos sejam réplicas idênticas dos praticados originalmente na África. As práticas religiosas africanas passaram

⁸O culto à ancestralidade nas tradições Banto, como no rito de Angola, apresenta especificidades que o distinguem de outras matrizes afro-brasileiras, especialmente da tradição iorubá. Uma das principais diferenças reside na relação dos ancestrais com o território, enquanto entre os iorubás os ancestrais estão associados a linhagens espirituais e famílias de orixás, entre os Bantos, os ancestrais estão intimamente ligados ao espaço físico, à terra onde viveram e atuaram. Essa ênfase territorial no culto Banto ajuda a compreender diferenças mais amplas entre religiões como o Candomblé e a Umbanda, influenciando suas práticas, estruturas e vínculos com o mundo espiritual (Prandi, 1997).

por transformações significativas no Brasil, resultando em um sincretismo com elementos cristãos e indígenas.

No início, as nações mantinham uma ligação mais estreita com as etnias de seus praticantes, pois os cultos eram centrados na veneração de ancestrais divinizados das linhagens e clãs. Com o tempo, no entanto, essas características se modificaram, especialmente devido à participação de crioulos (negros nascidos no Brasil), pardos e brancos, que não possuíam vínculos diretos com a África. Assim, a ancestralidade africana deixou de ser um requisito para integrar esses cultos, e os orixás passaram a ser adorados por pessoas de diferentes origens (Silva, 2005).

3.2 A UMBANDA

A Umbanda é uma religião marcada pela pluralidade, pela ancestralidade e pelo sincretismo, cujas raízes não podem ser reduzidas a um único evento fundador, como propõe a narrativa dominante sobre a anunciação do Caboclo das Sete Encruzilhadas por Zélio de Moraes em 1908. Segundo Bruno Rohde (2009), essa narrativa constitui um "mito de fundação" que visa legitimar uma determinada vertente da religião, a chamada "umbanda branca", em detrimento da multiplicidade de práticas que a antecederam e que continuam coexistindo até hoje.

A crítica de Rohde (2009) é direcionada à visão linear e identitária da história da Umbanda, sustentada pela ideia de que a religião nasceu num momento e lugar determinados, ignorando seu processo rizomático de constituição. O autor propõe que a Umbanda não "nasceu", mas se constituiu ao longo do tempo, a partir de práticas plurais e sincréticas anteriores ao século XX, e que a tentativa de identificar um ponto de origem único serve a interesses de legitimação, embranquecimento e controle institucional.

Essa perspectiva é reforçada por pesquisas que demonstram a presença de práticas religiosas similares à Umbanda já no século XVIII, como o calundu-angola liderado por Luzia Pinta, em Sabará, Minas Gerais. Segundo Rohde (2009), trata-se de um culto sincrético com elementos africanos, indígenas e cristãos, que envolvia toques de atabaques, cantos, danças, incorporação de entidades espirituais e rituais de cura. "As cerimônias organizadas por Luzia eram abertas ao público e frequentadas por negros e brancos [...] com a presença de entidades de diferentes categorias, como caboclos e inkisses" (Rohde, 2009, p. 88-89).

Ainda que a institucionalização da Umbanda no século XX tenha conferido certa visibilidade à religião, ela também promoveu processos de desafricanização e

embranquecimento. As práticas de matriz africana foram, muitas vezes, reformuladas para se adequar aos padrões da classe média branca e kardecista. Como destaca Rohde (2009, p. 85), "o racismo aqui presente adquiriu sua principal característica: a naturalização, estabilização, o apagamento, o silenciamento".

Outro aspecto central da Umbanda é sua estrutura espiritual, marcada pela presença de diversas entidades, como caboclos, pretos-velhos, crianças, exus, pombagiras e boiadeiros, cada qual com características próprias. A dissertação de Constantino (2023) enfatiza o papel dos caboclos e caboclas, que sintetizam uma multiplicidade de significados ligados à natureza, ancestralidade e cultura indígena, sendo fundamentais para a compreensão do sincretismo e da diversidade nas práticas religiosas afro-brasileiras. Essas entidades atuam como mensageiros, guardiões do axé e dos mistérios ancestrais, assumindo diferentes formas como caçadores, pescadores, guerreiros ou mestres das ervas.

Ao longo do século XX, os esforços de institucionalização da Umbanda estiveram atrelados a projetos nacionalistas, como o do Estado Novo. Como aponta Oliveira (*apud* Rohde, 2009, p. 84), a tentativa de diferenciar a "umbanda branca" das "macumbas" e de outros cultos negros visava enquadrar a religião em padrões de "civilidade", progresso e ordem, condizentes com o imaginário racial da época. A busca por legitimidade resultou em uma distinção entre Umbanda e a Quimbanda, sendo esta última associada às práticas "atrasadas", "primitivas" ou de "magia negra".

Contudo, essa fronteira foi sendo diluída com o tempo, e hoje muitas casas umbandistas reconhecem e incorporam exus e pombagiras como parte de sua "linha da esquerda". Rohde (2009, p. 91) aponta que a aceitação da Quimbanda como parte constitutiva da Umbanda "aconteceu processualmente, o que impede que se precise um momento exato para tanto", evidenciando a fluidez do universo religioso umbandista.

Assim, é fundamental compreender a Umbanda como uma religião em constante movimento, cuja estrutura é moldada por diversas tradições (africanas, indígenas, kardecistas, católicas, orientais) e cujas fronteiras são porosas, plurais e abertas a reelaborações. Como sintetiza Rohde (2009, p. 94) o universo umbandista constitui uma "nuvem de sentimentos, práticas, objetos e memórias", que desafia qualquer tentativa de definição única ou homogênea.

4 UM OLHAR SOBRE A PERSEGUIÇÃO HISTÓRICA E ATEMPORAL CONTRA OS TERREIROS DE UMBANDA E CANDOMBLÉ

Embora o AI-5 não seja explicitamente mencionado nas fontes em relação à repressão aos terreiros de Umbanda e Candomblé, podemos contextualizar este período dentro de uma longa história de perseguições e violências direcionadas a estas religiões no Brasil, que se intensificaram durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Isso acontece, pois, os relatórios da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-RJ) revelam a subnotificação dos casos de perseguição aos terreiros durante este período, e reconhecem a necessidade de pesquisas futuras sobre as violações específicas contra os terreiros.

Por esse motivo, torna-se essencial realizar um panorama histórico das perseguições sofridas pelas religiões de matriz africana em diversos períodos e contextos além da ditadura civil-militar. Desde o período colonial, marcado pela escravidão, os rituais afro-brasileiros foram reprimidos, associados à heresia e criminalizados pelas autoridades coloniais e pela Igreja Católica. No período republicano, com a promulgação de códigos penais como o de 1890, práticas religiosas afro-brasileiras foram enquadradas como crime de curandeirismo, reforçando a marginalização dessas tradições.

Além disso, em momentos de modernização urbana, como nas décadas de 1920 e 1930, os terreiros foram frequentemente associados à desordem social e perseguidos pela polícia. Essas práticas eram vistas como incompatíveis com a ideia de progresso e civilidade defendida pelas elites. Essa história de repressão revela a continuidade de preconceitos e práticas racistas que se desdobram até os dias atuais.

Por outro lado, cabe uma ressalva dos processos de resistência que ocorriam no Rio de Janeiro, como a Pequena África, que engloba uma vasta região e inclui os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Praça Onze e Centro. Nestes locais, há presença de terreiros de matriz africana e monumentos de resistência como Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, a Pedra do Sal, o Morro da Providência e a casa de tia Ciata (a matriarca do Samba).⁹

⁹ Para saber mais, acesse: <https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php/itens-de-patrimonio/pequena-africa>

4.1 SOB O JULGAMENTO COLONIAL

A vinda forçada de africanos escravizados para o Brasil trouxe consigo suas religiões e crenças, que foram confrontadas com o Catolicismo imposto pelos colonizadores. A intolerância religiosa e a demonização das práticas afro-brasileiras se iniciam neste período, com o objetivo de suprimir a identidade cultural e religiosa dos africanos.

Porém, reconstruir a história das religiões afro-brasileiras apresenta grandes desafios devido à sua origem em grupos socialmente marginalizados, como negros, indígenas e populações empobrecidas, que foram alvo de perseguições por longos períodos. A escassez de registros históricos agrava essa dificuldade, e muitos dos documentos existentes foram produzidos por instituições repressivas, como a polícia e a Igreja, refletindo visões preconceituosas e superficiais. Esses registros frequentemente distorcem as práticas e características dessas religiões, dificultando uma análise fiel e profunda de sua formação e trajetória (Silva, 2005, p. 12).

Vagner Gonçalves da Silva esclarece que:

É o caso dos autos da Visitação do Santo Ofício da Inquisição, nos quais estão registrados os processos de julgamento de muitos adeptos dos cultos afro-brasileiros que foram perseguidos (sob a acusação de praticarem "bruxaria") pela Igreja católica no Brasil colonial. Ou, então, dos "boletins de ocorrência" feitos pela polícia para relatar a invasão de terreiros e a prisão de seus membros, sob a acusação de praticarem curandeirismo, charlatanismo, etc. (Silva, 2005, p. 12).

Diante da imposição do Catolicismo, africanos escravizados desenvolveram estratégias de resistência, como o sincretismo religioso, mesclando elementos de suas religiões de origem com santos e figuras católicas. Essa prática permitiu a continuidade de suas crenças e cultos sob a fachada do catolicismo, mas não impediu a perseguição.

Importante pensar que esse processo sincrético dar-se-á, não raras vezes, a partir dos negros e não dos brancos, e pode facilmente camuflar sujeitos e processos políticos mais complexos que a simples adequação do culto da África ao cristão. Os primeiros processos sincréticos, entendendo-os como negociações políticas e culturais, coincidem com o sequestro de negros e negras de seus territórios para as colônias nas Américas. (Ramos, 2018, p. 30).

Logo, as práticas religiosas afro-brasileiras eram frequentemente associadas à "bruxaria" e "feitiçaria" pelos colonizadores, sendo vistas como demoníacas e perigosas. Essa demonização servia como justificativa para a perseguição e a repressão. A documentação sobre a repressão específica à Umbanda e ao Candomblé no período colonial é limitada às fontes. No entanto, é possível inferir que a perseguição às religiões afro-brasileiras era uma realidade, mesmo que de forma menos sistematizada do que em períodos posteriores. A

ausência de registros detalhados pode ser atribuída ao silenciamento histórico imposto aos africanos escravizados, à destruição de documentos e a não valorização da oralidade.

4.2 SOB O JULGAMENTO REPUBLICANO

As perseguições contra a Umbanda e o Candomblé no período republicano brasileiro foram sistemáticas e enraizadas em diferentes esferas da sociedade. Apesar da proclamação da República e da separação entre Estado e Igreja, a liberdade religiosa não se concretizou para essas religiões. A Constituição Republicana de 1891, assim como as subsequentes, assegurava a liberdade religiosa, mas com a ressalva de que as práticas religiosas não deveriam "afetar os bons costumes". Essa ressalva, presente em todas as constituições anteriores a 1988, serviu como base legal para a perseguição às religiões afro-brasileiras, que eram vistas como "atrasadas", "primitivas" e contrárias à moral e aos bons costumes.

O Estado republicano, influenciado por teorias racistas e eugenistas, implementou uma política de "embranquecimento" da população, buscando minimizar a influência da cultura negra na sociedade brasileira.

Os negros, com sua cultura e religiosidade "exóticas", tornaram-se alvo dos discursos elaborados pelos projetos modernizantes, em razão de não se encaixarem no padrão civilizador europeu, que se fazia mais presente no imaginário das classes dominantes, sobretudo a partir das teorias raciais como o darwinismo social que defendia a existência de uma hierarquia das raças, tendo a raça humana no topo do desenvolvimento civilizacional e a negra no seu último grau, resultando disso a necessidade de medidas eugênicas, ou sanitárias, para evitar o intercuro sexual entre ambas, gerando mestiços, o que resultaria na degeneração racial. Teorias como essa influenciou nossos intelectuais, tendo Nina Rodrigues enquanto principal arauto. (Barreto Junior, 2021, p. 117).

A perseguição aos terreiros se intensificou com batidas policiais violentas, prisões arbitrárias e destruição de objetos sagrados. Essas ações repressivas tiveram seu auge durante o Estado Novo (1937-1945), período marcado pelo autoritarismo e pela censura, mas se estenderam por grande parte do século XX.

Com o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas em 1937, os estados foram governados por interventores que, temerosos com as ações de movimentos anti ditadura, ou do Partido Comunista, aumentaram o controle social e político sobre as camadas populares e as elites liberais, que se identificavam com os seus anseios. (Silva, 2005, p. 104).

Além da perseguição policial, as religiões afro-brasileiras foram alvo de discriminação legal através da interpretação tendenciosa de leis como as que criminalizavam o "charlatanismo" e o "curandeirismo". Lideranças religiosas eram frequentemente acusadas e

presas com base nestas leis, que serviam para reprimir suas práticas e impedir a utilização do conhecimento tradicional de cura e cuidado com a saúde. As religiões afro-brasileiras no período republicano estavam intrinsecamente ligadas ao racismo epistêmico, que negava a validade de seus sistemas de conhecimento e cosmovisões. Essas religiões eram frequentemente desqualificadas como "crenças", "cultos" ou "práticas", ao invés de serem reconhecidas como religiões legítimas.

Apesar da perseguição, as comunidades de Umbanda e Candomblé resistiram, lutando por seus direitos e buscando o reconhecimento e a valorização de sua cultura e religiosidade. Essa luta se intensificou a partir da década de 1970, com a ascensão do movimento negro e a denúncia do mito da democracia racial. A Constituição de 1988, resultado dessa luta, finalmente reconheceu a liberdade religiosa sem restrições e garantiu a proteção aos locais de culto.

5 O CRUZEIRO E AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: UMA LEITURA DA IMPRENSA SOBRE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Para iniciar, a análise deste capítulo estará centrada na revista *O Cruzeiro*, uma publicação de indiscutível relevância histórica e cultural no cenário da imprensa brasileira. Fundada em 1928, a revista consolidou-se como principal veículo ilustrado do país, sendo a pioneira na introdução de um novo modelo de jornalismo que combinava imagem e texto. Seu auge ocorreu entre os anos 1940 e 1960, período em que alcançou tiragens expressivas e uma distribuição nacional que lhe garantiu penetração tanto nos grandes centros urbanos quanto em localidades mais afastadas (Velasquez, 2009). Essa ampla circulação conferiu à revista um papel relevante na construção dos imaginários coletivos, sobretudo por meio de suas reportagens fotográficas, que se destacaram como principal atrativo e contribuíram para a valorização do repórter-fotográfico no campo jornalístico.

Nesse contexto, é fundamental destacar que, durante o regime militar brasileiro (1964-1985), a revista continuou atuando como um poderoso mediador entre os acontecimentos e a opinião pública. Longe de ser uma observadora neutra, *O Cruzeiro* teve um papel ativo no cenário político que antecedeu e consolidou a ditadura. A revista, parte dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, alinhou-se aos interesses das classes dominantes e das forças militares, participando da construção de um discurso legitimador para a tomada de poder. Em sua edição especial de 10 de abril de 1964, intitulada "Edição Histórica da Revolução", a publicação reverenciou os líderes do golpe, como o governador Magalhães Pinto, tratado como "o grande herói da insurreição vitoriosa" (Cazarin; Menezes, 2014, p. 118). Essa postura evidencia que a revista não foi uma mera espectadora, mas uma aliada na "afirmação dos ideais anticomunistas" que justificaram o novo regime (Cazarin; Menezes, 2014, p. 119).

Considerando esse alinhamento ao discurso autoritário, a forma como *O Cruzeiro* abordou as religiões afro-brasileiras revela não apenas os preconceitos da sociedade da época, mas também o modo como a mídia reforça estigmas. Com sua linguagem acessível e forte apelo visual, a revista não apenas informava, mas também interpretava os fatos a partir de valores que frequentemente colocam essas expressões religiosas à margem da legitimidade social. Suas reportagens, muitas vezes, oscilavam entre a folclorização exótica e a associação dessas práticas ao atraso, ao misterioso e ao moralmente questionável, enquadrando-as em um lugar que contrastava com o projeto de nação "moderna" e "cristã" defendido pela ditadura.

Assim, a análise de edições selecionadas de *O Cruzeiro* permite compreender como a mídia impressa contribuiu para difusão de representações que, intencionalmente ou não, serviram aos propósitos do regime. Ao destacar tais representações, esse capítulo busca evidenciar os mecanismos simbólicos e visuais utilizados para silenciar, distorcer ou exotizar práticas religiosas afro-brasileiras, inserindo a imprensa como um dos agentes ativos nesse processo de marginalização cultural e política.

Contudo, ainda que revistas como *O Cruzeiro* tenha desempenhado um papel central na documentação e na formação do imaginário social brasileiro, os caminhos da preservação dessa memória enfrentam sérios entraves. A negligência com os arquivos históricos, como revelado em notícia recente sobre documentos da Ditadura civil-militar abandonados e cobertos por fezes de pombos no Rio de Janeiro,¹⁰ evidencia a fragilidade das políticas de memória no país. Além da negligência com os arquivos físicos, o Brasil ainda carrega as marcas de um passado autoritário que pouco reconheceu oficialmente as diversas formas de violência praticadas.

Da mesma forma, a persistência de certas práticas repressivas pode ser observada em eventos atuais. Um exemplo recente é o ataque a um terreiro de Umbanda no Rio de Janeiro, em 2024, no qual, uma Bíblia foi deixada no local em claro ato de intolerância¹¹. Esse episódio revela como práticas de repressão simbólica e física permanecem presentes e podem ser compreendidas como heranças de um Estado, que, durante a ditadura, perseguiu sistematicamente manifestações culturais não alinhadas ao projeto conservador e cristão hegemônico. A ausência de investigações aprofundadas sobre essas violências contribui para a continuidade de discursos discriminatórios, tornando o estudo de fontes como *O Cruzeiro* essencial para resgatar fragmentos dessas realidades e denunciar a continuidade de processos de silenciamento.

5.1 NÚMEROS QUE O PRECONCEITO OCULTA

Apesar de nosso foco ser as reportagens sobre as religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro, iniciamos nossa análise por uma matéria da cidade de São Paulo devido a seu contexto e números abordados. No ano de 1978, a revista *O Cruzeiro* publicou uma

¹⁰ Aventuras na História. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/historia-hoje/documentos-da-ditadura-sao-encontrados-expostos-fezes-de-pombos-no-rio-de-janeiro.phtml>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

¹¹ CNN Brasil. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/rj-terreiro-de-umbanda-e-alvo-de-ataque-e-roubo-biblia-e-deixada-no-local/>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

reportagem intitulada “Saravá, Iemanjá: protetora do mundo em 1978”¹², com texto de Luiz Antônio Luz e fotografias de Adalberto Marques, na qual, retrata, por meio de texto e fotografias, a intensa celebração da virada de ano dedicada à Iemanjá no litoral de São Paulo. Segundo a matéria, trata-se de “uma festividade gigante que ocupa mais de 50 quilômetros de praia no litoral de São Paulo e reúne cerca de 500 mil adeptos e fiéis da Rainha do Mar” (Luz, 1978, p. 117). A grandiosidade do evento evidencia a força das religiões de matriz africana e sua presença marcante na cultura popular brasileira. No entanto, essa visibilidade é sazonal e, muitas vezes, seletiva. A adoração a divindades como Iemanjá tende a ser socialmente aceita e até romantizada em datas específicas do calendário, como no final do ano, quando multidões vão às praias para realizar oferendas, vestir branco e pedir bênçãos. Fora desses momentos ritualizados e simbólicos, no entanto, o que se observa é a marginalização dessas religiões, seus praticantes e seus espaços sagrados, como se a reverência a essas entidades fosse permitida apenas sob a condição do folclore e do espetáculo.¹³

Ao longo da matéria, na página 120, na seção intitulada “Os troncos de origem”, a revista *O Cruzeiro* destaca: “Mais de 30 milhões de brasileiros são umbandistas, segundo o IBGE. O número deve ser maior, levando em conta que muita gente não se declara umbandista, por simples preconceito” (Luz, 1978, p. 120). Esse dado é revelador ao apontar que, apesar da ampla difusão da umbanda em território nacional e da presença marcante do sincretismo religioso — que muitas vezes disfarça ou suaviza elementos africanos para torná-los mais palatáveis à sociedade dominante —, o preconceito contra as religiões de matriz africana permanecia profundamente enraizado.

A resistência em se autodeclarar umbandista, mesmo entre praticantes ou simpatizantes, revela tensões específicas do contexto conservador da ditadura civil-militar, marcado por um Estado autoritário, censura e um projeto de identidade nacional excludente. Embora a Umbanda, diferentemente do Candomblé, tenha alcançado certa aceitação institucional — em parte devido ao seu sincretismo com elementos do catolicismo e do espiritismo kardecista, e à simpatia de alguns setores militares —, sua prática ainda era alvo de estigmas e preconceitos, especialmente nos meios populares.

¹² Revista *O Cruzeiro*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=terreiro&pagfis=197252>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

¹³ O caso de Iemanjá é particularmente emblemático dentro do processo de popularização seletiva das religiões de matriz africana. Estudos como o de Souza (2022) demonstram que, no imaginário popular urbano, suas representações visuais são frequentemente embranquecidas, retratada como uma mulher branca, magra, de traços europeus, vestida com um longo vestido azul, reforçando estereótipos eurocêntricos em detrimento de sua origem africana, frequentemente associada à figuras católicas como a Nossa Senhora dos Navegantes e Nossa Senhora da Conceição, ambas brancas e ocidentalizadas.

Essa relativa aceitação, no entanto, não eliminava as violências simbólicas e materiais enfrentadas por seus praticantes, nem os efeitos do racismo religioso estrutural que hierarquizava as crenças, favorecendo as tradições eurocêntricas em detrimento das de matriz africana. A associação da Umbanda com o “misticismo” ou com a “desordem social” persistia no imaginário dominante, o que levava muitos praticantes a ocultar sua identidade religiosa como forma de proteção.

Essa tensão entre visibilidade e silenciamento explicita como o racismo religioso opera de forma sistêmica, determinando quais expressões de fé podem ou não ser legitimadas no espaço público. Mesmo quando toleradas em contextos festivos ou folclorizados — como o culto a Iemanjá nas celebrações de final de ano — as religiões afro-brasileiras seguiam marginalizadas no cotidiano.

Um exemplo desse processo pode ser identificado no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), no estado do Rio de Janeiro, tais ações assumiram contornos violentos, como demonstram os testemunhos de lideranças religiosas que vivenciaram diretamente as estratégias de controle e silenciamento promovidas pelos aparelhos repressivos do Estado, especialmente o Candomblé.

Entre esses relatos, destaca-se a entrevista concedida à Agência Brasil (2024)¹⁴ pela iyalorixá Mãe Meninazinha d’Oxum, na qual, relatou momentos intensos de perseguição aos terreiros de Candomblé ocorridos ao longo do período militar. Segundo ela, as autoridades policiais realizavam frequentes batidas nos terreiros, invadiam os espaços sagrados, destruíram objetos de culto e apreendiam artefatos religiosos. Esses materiais eram levados para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que ficava localizado na região central do Rio de Janeiro.

A Mãe Meninazinha ressalta que, durante o regime militar (1964–1985), os terreiros continuaram sendo alvos de repressão e violências institucionais. O aparato estatal seguia apreendendo objetos religiosos e mantendo-os sob custódia do DOPS, como se fossem itens criminosos. Diante dessa constante ameaça, muitos líderes religiosos adotaram estratégias de sobrevivência e resistência. Uma das mais comuns foi a transferência dos rituais para áreas afastadas, como florestas e regiões periféricas, onde havia menor presença das forças repressoras. Essa migração simbólica e espacial visava garantir a preservação do sagrado,

¹⁴ Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-04/ditadura-invadiu-terreiros-e-destruiu-pecas-sagradas-do-candomble>. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

ainda que à custa do isolamento e da invisibilidade forçada. Como relatado pela própria Mãe Meninazinha:

Alguns babalorixás e iyalorixás iam para o mato para bater o candomblé porque dentro de casa não podia. Eram perseguidos e invadiam. Foi muito sacrifício para chegarmos até aqui. Levavam os instrumentos e faziam o candomblé lá. (Mãe Meninazinha d'Oxum, 2024).

O primeiro terreiro fundado por Mãe Meninazinha d'Oxum foi aberto em 1968, na região de Marambaia, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. À época, a localização afastada representava uma forma de proteção, já que a presença do Estado — e, sobretudo, da repressão policial — era menos intensa nessas áreas periféricas. No entanto, essa relativa tranquilidade foi interrompida quando dois policiais invadiram o terreiro e levaram a iyalorixá à delegacia. O episódio ilustra como nem mesmo o isolamento era capaz de garantir a plena liberdade religiosa sob o regime militar.

Apesar da tensão e da ameaça representada pela condução forçada, Mãe Meninazinha acabou sendo liberada decorrente à intervenção do delegado responsável (não identificado na entrevista), que autorizou a continuidade de suas atividades religiosas, e, que poderia continuar a “tocar seu Candomblé” (Mãe Meninazinha d'Oxum, 2024). Esse episódio individual também se insere em um contexto mais amplo de instabilidade na própria região da Baixada Fluminense, que, segundo Aguiar e Oliveira (2022), configura-se como uma região, dentro do Estado do Rio de Janeiro e por sua proximidade com locais estratégicos militares, também sofreu intervenções que geraram instabilidade política, social e educacional. Visto que, entre os anos de 1964 e 1985, período correspondente à ditadura civil-militar no Brasil, a cidade contou com um total de 15 prefeitos. Destes, nove assumiram o cargo apenas nos cinco primeiros anos do regime, evidenciando um cenário de intensa rotatividade e instabilidade administrativa. Por esse motivo, apesar de ser o município mais relevante da região naquela época, a cidade foi profundamente afetada pelos impactos do golpe e pela ruptura das estruturas democráticas, o que gerou conflitos políticos e instabilidade institucional (Alves apud Aguiar; Oliveira, 2022, p. 2).

Além disso, a Umbanda, durante o regime militar teve reconhecimento oficial e sua legitimação em 1964, isto está relacionado ao projeto nacionalista da ditadura. Presumivelmente os militares apoiaram a interpretação de democracia racial brasileira branca da Umbanda. O regime militar apoiou a Umbanda para usá-la para manipular as massas, causando o desprezo dos que estavam na oposição ao governo (Jensen, 2001, p. 13).

Outrossim, em relação ao Candomblé, “Rafael Pinto, um dos fundadores do MNU¹⁵, não se recorda da presença de militares na religião. O que existiu foi o diálogo de lideranças com representantes do regime. Para ele, o diálogo existia por uma questão de sobrevivência” (Alma Preta, 2022).¹⁶

A “aceitação” também se dá em função do embranquecimento da Umbanda, que inseriu a branquitude no interior dos terreiros, através do Kardecismo e a adoção de um mito fundador da Umbanda que contém elementos convenientes para a política de branqueamento da República.

À exemplo da exclusividade, em matéria para a revista *O Cruzeiro*, intitulada como “A noite dos Orixás”¹⁷, o jornalista Ubiratan de Lemos relata a noite de virada de ano na praia do Leme no Rio de Janeiro e as oferendas à Iemanjá. A matéria, publicada em 1975, ocupa duas páginas inteiras da revista, carrega um texto com um linguajar lírico e um imaginário nacional característico da época.

O Brasil estará nas praias. Nas doces e salgadas. O povo por dentro iluminado - Brasil, Branco, índio e negro - três raças numa só -, misturadas e eufóricas, a etnia dos Evangelhos, milagre da nossa insaciável democracia sexual. Três afluentes de culturas que produziram um tipo exclusivo de religião - a Umbanda -, que hoje desemboca nos lares de milhões de brasileiros, transbordando em espanhol para o Continente. A África com sua magia, seus mistérios, de negros bantos e sudaneses. O pixaim no samba e nas tendas. O chute de Pelé atravessando o mundo. O índio com sua pajelança e vocação de liberdade, jamais cedendo ao cativo, e resistindo à invasão civilizada em sua verde mansão. O branco da conquista, cidadão das caravelas, miscigenador infatigável, esculpindo na cama a nossa formação histórica. (Lemos, Ubiratan de, *O Cruzeiro*, 1975, p. 1).

Primeiramente, ao dizer “três raças numa só”, tende a minimizar as verdadeiras desigualdades sociais e étnicas que persistem até hoje no Brasil, além disso, a mistura e a miscigenação não significaram igualdade. Em seguida, o autor continua com a problemática “democracia sexual”, visto que, no Brasil as relações de poder e a sexualidade estão veemente ligadas pela exploração e violência, principalmente contra mulheres negras e indígenas, dessa forma, o texto romantiza essas relações que por muitas vezes foram opressivas.

Sobre a “democracia racial”, Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023), destaca que ela seria a plena igualdade entre as pessoas na sociedade, independente de sua etnia ou raça. Ela

¹⁵ Movimento Negro Unificado – lançado no dia 07 de julho de 1978.

¹⁶ Alma Preta. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/candomble-umbanda-e-ditadura-reconhecimento-e-perseguido/>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

¹⁷ Revista *O Cruzeiro*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=terreiro&pagfis=194958>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

argumenta que tanta raça quanto etnia são conceitos socialmente desenvolvidos em determinados contextos históricos. A raça surgiu como um conceito biológico. “No Brasil, na perpetuação do conceito social de raça, as pessoas vivem e morrem pela sua estampa, pela sua estética, pelo seu fenótipo” (Pinheiro, 2023, p. 51).

A democracia racial é um mito. Não há plena igualdade entre pessoas negras e não negras no Brasil. Esse mito se fortalece na medida em que se constrói, com base nas teses do Lombroso e de diversos eugenistas, a estratégia de genocídio negro pautada na miscigenação racial. Fora os estupros ocorridos na casa-grande (...). (Pinheiro, 2023, p. 51-52).

Djamila Ribeiro (2019, p. 18-19) reforça que o mito da democracia racial é o mais conhecido e nocivo dos mitos que fundamentam o sistema de opressão operado no Brasil. Ela afirma que esse mito foi concebido e propagado por sociólogos que pertenciam a uma elite econômica e que afirmavam uma harmonia entre negros e brancos, traduzida pela miscigenação, e pela ausência de leis segregadoras. “Essa visão paralisa a prática antirracista, pois romantiza as violências sofridas pela população negra ao escamotear a hierarquia racial com uma falsa ideia de harmonia” (Ribeiro, 2019, p. 19-20).

A autora também toca no ponto sobre a sexualidade, fato que aparece na matéria aqui analisada. Ribeiro (2019) aponta o fato das mulheres negras serem ultrassexualizadas desde o período colonial. “No imaginário coletivo brasileiro propaga-se a imagem de que são ‘lascivas’, ‘fáceis’ e ‘naturalmente sensuais’. Essa ideia serve, inclusive, para justificar abusos: mulheres negras são as maiores vítimas de violência sexual no país” (Ribeiro, 2019, p. 83). Segundo a autora, portanto, a questão não é sobre a sexualidade da mulher, mas o estereótipo em que a sociedade enquadra as mulheres negras. “Essa sexualização retira a humanidade das mulheres, pois deixamos de ser vistas com toda complexidade do ser humano” (Ribeiro, 2019, p. 85).

Além dessas problemáticas que o jornalista cita no seu texto, podemos incluir também, a ideia de que a Umbanda “desemboca nos lares de milhões” sugere uma trajetória linear da religião, esquecendo as lutas, a intolerância e as perseguições que a Umbanda enfrentou. Segue com a romantização da África e dos indígenas, mais uma vez, idealizando e reforçando estereótipos desses povos, que, por sua vez, são vastos e sofreram as mais cruéis violências nas mãos do “cidadão das caravelas”. A utilização de uma linguagem tão branda minimiza a responsabilidade histórica do colonizador e a extensão do sofrimento imposto aos povos originários e africanos, dificultando uma compreensão crítica e completa da formação histórica brasileira e perpetuando narrativas que silenciam as vítimas e naturalizam a opressão.

Em seguida, o autor evidencia, a centralização da Umbanda como a “projeção desse cruzamento racial” demonstra o silêncio sobre o Candomblé na narrativa do jornalista, demonstram o apagamento dessa religião diante do crescimento dos terreiros de umbanda.

Como projeção desse cruzamento racial, as sete linhas de Umbanda nas praias, na grande noite dos Orixás. Em sua passarela de ondas, o azul-e-branco de Iemanjá, de cujos seios brotaram os oceanos. Xangô com suas pedreiras, seus relâmpagos e tempestades. Ogum, força vibratória do ferro, parente de Exu, como general das grandes batalhas. Oxóssi, rei da mata, com suas falanges guerreiras. Oxalá, sincretismo de Jesus Cristo, com sua alva mensagem do Amor. A linha de Preto-Velho, de São Cipriano, os sargentos da Umbanda, e a Oriental, sob o comando de São João Batista. Aquele que batizou o Cristo nas águas do Jordão. (Lemos, 1975, p. 1).

A partir disso, é entendível a visão hierárquica das religiões afro-brasileiras nesse período, as diferentes religiões afro-brasileiras tinham percepções e tratamentos distintos na sociedade e na mídia. A Umbanda, por incorporar elementos do espiritismo kardecista, que tinha maior aceitação em certos setores da sociedade, poderia ser vista de forma mais favorável ou como uma religião mais "civilizada" em comparação com o Candomblé, que era frequentemente alvo de maior preconceito e marginalização por sua ligação mais direta com as tradições africanas.

Na segunda página da matéria, o jornalista continua sua longa descrição sobre a Umbanda, mas, de forma cada vez mais questionável. Segue parte do trecho:

Umbanda é o maior INPS do Brasil, com sua farmácia de selva. Preto Velho e Caboclo receitam e acertam, embora não sejam doutores da medicina. A caridade é o caminho da Umbanda. Os efeitos sincréticos sobre o processo cultural africano tornaram a Umbanda evangelizada, crística, de hagiológico liberal, envolvendo os santos católicos, invocados sob denominações jêje-nagô. Em virtude de sua ampla abertura religiosa - Jesus na maior hierarquia do Amor e São Miguel, da Justiça -, a Umbanda rompeu o cinturão inibitório da chamada classe A - pequeno-burguesa e intelectualista -, envolvendo toda escadaria social, sem qualquer ranço discriminatório (Lemos, 1975, p. 2).

Nesse início, Ubiratan (1975) caracteriza a Umbanda como o ‘maior INPS do Brasil’, essa descrição apesar de reconhecer os serviços de caridade, a rede de apoio e o acolhimento promovidos pela religião, refere-se a um período em que o país enfrentava problemas estruturais na saúde pública. Em matéria para o jornal Brasil de Fato¹⁸ a jornalista Cristina Rodrigues (2019), explica que somente quem tinha carteira assinada poderia ter acesso ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência no Brasil (Inamps), os demais, recorriam à instituições privadas, dessa forma, os mais pobres eram tratados como indigentes.

¹⁸ Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/04/ditadura-nao-garantia-acesso-a-saude-publica-sus-surge-apesar-na-redemocratizacao/>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

Dessa forma, ao utilizar o termo ‘farmácia da selva’, Ubiratan reduz a Umbanda a uma solução paliativa diante dos problemas.

Em seguida, o jornalista aborda sobre os ‘efeitos sincréticos’ da Umbanda, descrevendo-a como evangelizada. Como já foi discutido ao longo deste trabalho, é fato que o sincretismo é uma característica da religião, a visão que o autor apresenta no recorte faz transparecer uma ideia excessiva de cristianização, além do mais, quando ele utiliza a expressão ‘hagiologia liberal’, por exemplo, soa como uma certa “purificação” da Umbanda, como se esta precisasse de uma aprovação cristã para ser legítima ou aceitável. Porém, é por meio dessas características que a Umbanda conseguiu se consolidar como uma religião que se propõe autenticamente nacional, moldada aos modos e valores brasileiros (Silva, 2000, p. 125).

Dando continuidade, o trecho seguinte escancara a repressão política causada no período:

Entre outras vantagens funcionais, de rápida comunicação, é que a Umbanda não faz política partidária. Caboclo e Preto Velho não aplicam ideologia nos filhos-de-santo. Não existe um Dom Hélder Câmara nos terreiros. Sob esse ponto de vista, os milhares de tendas são mecanismos de Segurança Nacional, no mais importante setor da comunidade - o da religião. O intemporal. Umbanda só tem um tipo de política. A política da Caridade através do Amor. A essência do Budismo tibetano. (Lemos, 1975, p. 2).

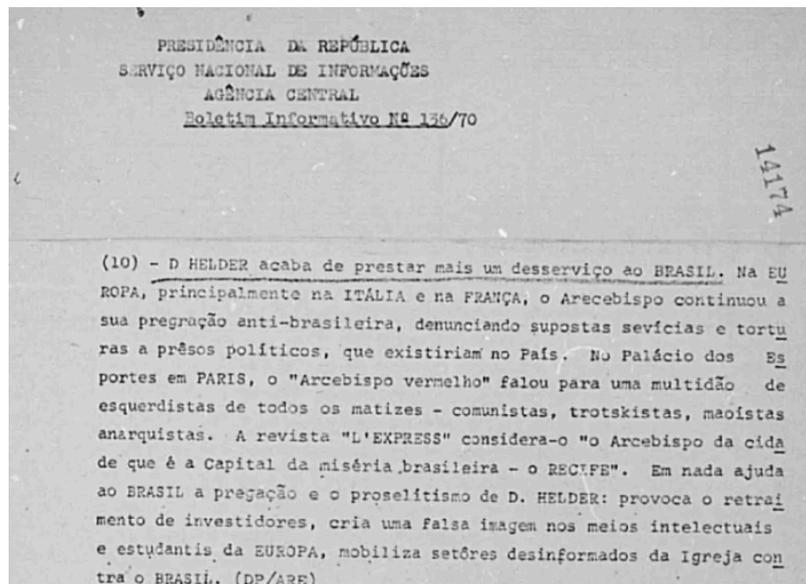
Neste momento do texto, o jornalista procura desenvolver uma tentativa de legitimar a Umbanda como uma prática religiosa “neutra”, isenta dos posicionamentos políticos, dessa forma, mais aceitável e tolerável aos olhos do regime militar, percebe-se isso quando ele expõe que Umbanda “não faz política partidária”. Em seguida, quando afirma que “não existe um Dom Hélder Câmara nos terreiros”, a matéria procura, de alguma forma, dissociar a religião de lideranças religiosas progressistas, que, como Dom Hélder, denunciavam as injustiças e as repressões políticas do regime. Para compreender melhor a comparação feita, é importante destacar quem foi Dom Hélder Câmara e resgatar brevemente sua trajetória e atuação durante o período da ditadura civil-militar.

O religioso foi estigmatizado e perseguido por romper com o silêncio que os militares esperavam da Igreja Católica, “Hélder Câmara já vivia sob a mira do governo como ardiloso inimigo da ditadura sob alcunha de ‘arcebispo vermelho’”, afirma Emanuel Andrade (2020, p. 50). A sua influência e o impacto do seu ativismo tiveram grande significância no exterior, “ele iniciou em Paris, uma série de denúncias contra a tortura a presos políticos, replicando a situação em outras viagens internacionais” (Andrade, 2020, p. 117). Apesar da censura da

grande imprensa, o arcebispo procurou outras formas para continuar se comunicando com o povo, dessa forma, é nos anos de 1974 a abril de 1983 na Rádio Olinda que “Dom Helder se fez presente todos os dias da semana, exceto aos domingos, para dialogar com seus ouvintes do programa ‘Um olhar sobre a cidade’” (Andrade, 2020, p. 29).

Em resumo, toda a trajetória de Dom Hélder Câmara não passou despercebida pelos censores, visto que, a SNI e o DOPS “requisitavam cópias em fita cassete das edições para avaliar o conteúdo ameaçando fechar a editora, caso não se cumprissem as ordens expressas”, afirma Emanuel Andrade (2020, p. 29). Do mesmo modo, em reportagem publicada pela Agência Pública¹⁹, a autora Mariama Correia (2025) explica que o religioso foi nomeado quatro vezes para o prêmio Nobel da Paz, porém, todas as indicações foram boicotadas pelos militares, a matéria explicita que houveram “correspondências trocadas entre autoridades no período de 1970 a 1973, com sucessivas indicações do arcebispo ao prêmio e manobras do governo brasileiro para derrubar sua candidatura comprovadas em documentos do Itamaraty” (Correia, 2025).

Figura 5 - Documento do SNI acusa Dom Helder Câmara de “pregação anti-brasileira” por denunciar torturas na ditadura.



Fonte: Agência Pública.

No documento acima, o arcebispo é denunciado por promover uma “pregação anti-brasileira” e rotulado como o “arcebispo vermelho”, decorrente às denúncias em relação à tortura no exterior. Também, o documento critica duramente suas falas na França e na Itália, as quais diziam que no Brasil haviam “supostas sevícias e torturas a presos políticos”. Em

¹⁹ Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2025/03/dom-helder-camara-o-arcebispo-que-via-deus-no-carnaval-do-povo/>. Acesso em 23 de maio de 2025.

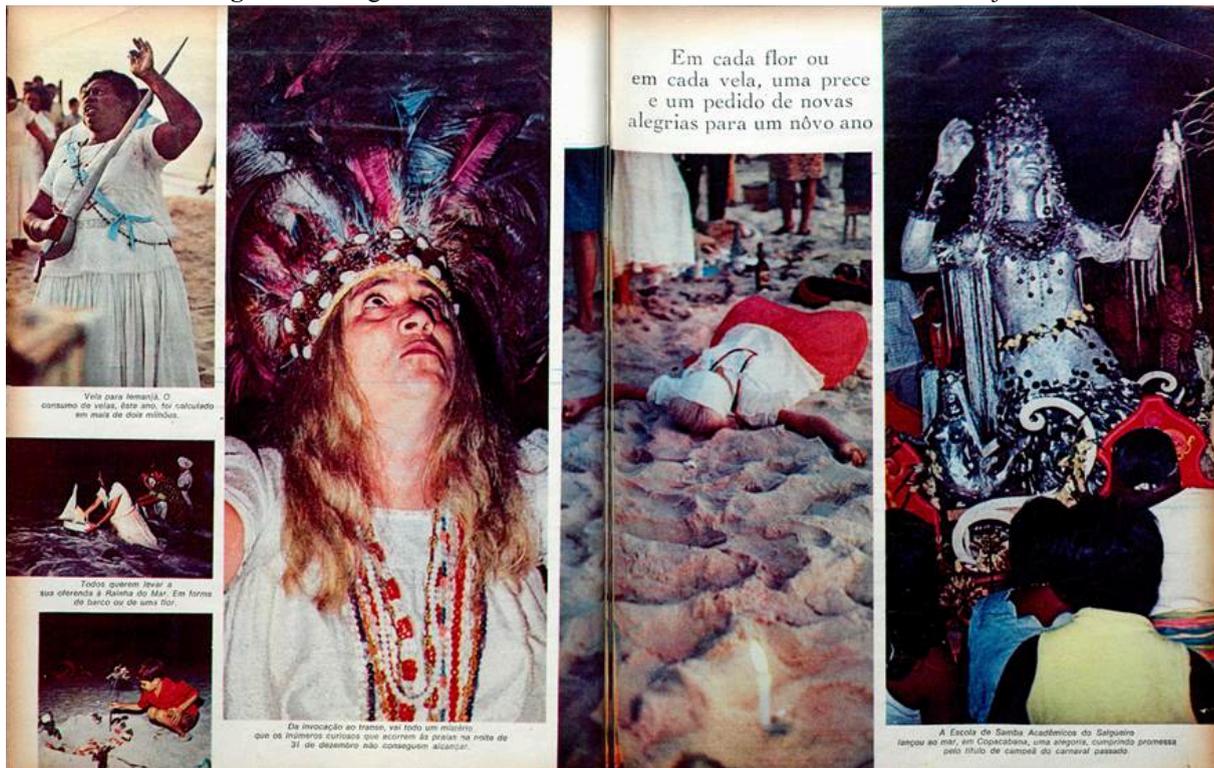
resumo, a própria existência desse documento comprova o incômodo que sua figura causava aos militares e à ditadura civil-militar, além disso, demonstra como a imagem do arcebispo se tornou uma ameaça internacional do regime, e, como solução Estado criminaliza Dom Hélder Câmara, transformando-o em inimigo.

Retomando o texto do jornalista Ubiratan Lemos, a matéria de 1975 promove uma concepção de uma religião “útil” ao Estado autoritário, apagando o potencial político da Umbanda. Dessa forma, quando o jornalista cita a “política da caridade através do Amor” reforça o ideal de uma religião desvinculada das lutas sociais e de grupos opositores, demonstrando um discurso típico do regime que visa a resolução dos conflitos através do silenciamento. Por fim, Ubiratan relata sua última analogia e relaciona a Umbanda “a essência do Budismo tibetano”, na qual, procura dar um ar de profundidade espiritual em sua narrativa, porém, apenas reforça a ideia de uma religião passiva, alheia às lutas sociais. É uma comparação forçada, ignora completamente a realidade histórica dos terreiros como espaços de resistência, reafirma o apagamento histórico e político das religiões afro-brasileiras coroando a narrativa com uma comparação exótica e deslocada, que, além de forçada, serve apenas para suavizar o autoritarismo sob uma camada espiritualizada de boas intenções.

Além disso, a partir das análises realizadas e das pesquisas nos acervos, observa-se que, com frequência, nas edições de virada de ano, a revista *O Cruzeiro* dedicava suas primeiras páginas a reportagens e fotografias sobre as festividades em homenagem a Iemanjá. Dessa forma, por exemplo, na edição de virada para o ano de 1970, a revista *O Cruzeiro* veiculou nove páginas à cobertura de “A Grande Noite de Iemanjá”,²⁰ nas praias do Rio de Janeiro. Nessas páginas, além de diversas imagens das celebrações, destacam-se dados que evidenciam, mais uma vez, a centralidade da umbanda nas festividades retratadas.

²⁰ Revista *O Cruzeiro*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=terreiro&pagfis=225450>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

Figura 6 - Imagens da revista O Cruzeiro sobre a Grande Noite de Iemanjá



Fonte: Revista O Cruzeiro, 1970.

Desse modo, entre esses dados, podemos destacar o seguinte: “Nas praias da Zona Norte, o culto se processa com mais tranquilidade. Na Zona Sul, a presença de turistas e curiosos transforma a cerimônia num grande show colorido” (Lysias, 1970, p. 8). O jornalista parece destacar um caráter mais íntimo e religioso da celebração na Zona Norte e, de certa forma, uma espetacularização na Zona Sul, sugerindo que, ao Norte o culto seria mais devocional por estar mais ligado às comunidades tradicionais e menor interferência interna e, ao Sul exotizadas e transformadas em espetáculo, já que, historicamente a Zona Sul é uma área elitizada e turística.

Na sequência, ele confirma essa crítica nas páginas posteriores, no qual diz: "Os rituais de Umbanda nas praias da Zona Sul há muito servem de passatempo para os que não querem ficar em casa na noite de 31 de dezembro" (Lysias, 1970, p. 9). O jornalista, portanto, ao destacar essa dinâmica, parece denunciar a forma como a mídia e o espaço urbano mais elitizado contribuem para a transformação da fé em performance pública, muitas vezes desprovida de respeito e compreensão. A crítica de Carlos Lysias pode ser vista como um chamado à reflexão sobre o lugar da Umbanda na sociedade brasileira e sobre as desigualdades sociais, raciais e simbólicas que marcam sua visibilidade e sua recepção pública.

Logo após, o jornalista conclui:

A classe média sempre se dividiu diante dos rituais: há os que a consideram apenas um desvio extremado da fé e há os que tentam aderir, em busca de uma chave mágica que mude suas vidas ou traga alguma sorte. Em ambos os casos, uma mesma condição anterior: o desconhecimento total da cultura popular. (Lysias, *O Cruzeiro*, 1970, p. 9).

Em suma, ele encerra aprofundando sua crítica como as celebrações e os rituais de umbanda são percebidos e recebidos por parte da sociedade — especialmente pela classe média —, ora as despreza como “desvio extremado da fé”, ora as consome de forma instrumental, buscando nelas soluções imediatas. Tanto o preconceito quanto o fetichismo mostram um Brasil que ainda não reconhece o valor, a profundidade e a legitimidade da cultura popular, preferindo reduzi-la a espetáculo, superstição ou curiosidade folclórica.

Contudo, importante salientar que embora tenhamos falado do sincretismo e uma certa “aceitação”, não podemos esquecer dos constantes ataques que a Umbanda vivenciou ao longo dos anos. Também não estamos querendo naturalizar ou afirmar que por isso tenha sofrido menos ataques no período aqui estudado, eles foram constantes e não apenas de violência física. É possível pensar, por exemplo, as celebrações de início de ano como um culto a Iemanjá e não à Umbanda. Se observarmos a partir do mito da democracia racial, Iemanjá é uma mulher branca, remete a proteção (mãe), com roupas azul claro (que não era a cor dos iorubás), remetendo à ideia de brancos e negros convivendo em harmonia.

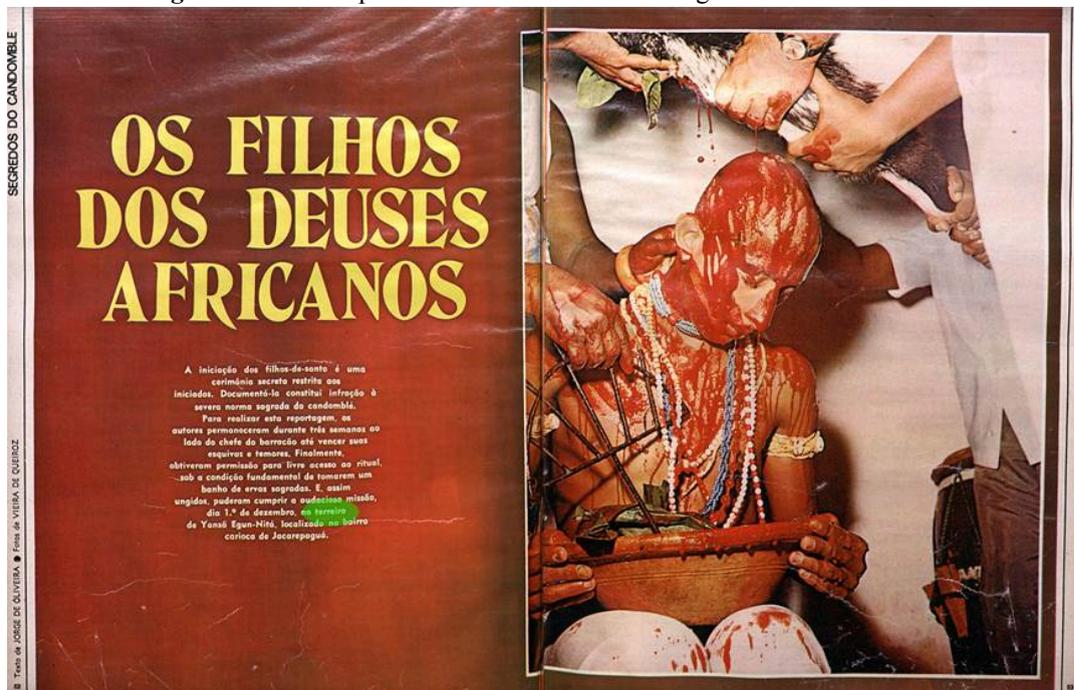
Após a análise das recorrências relacionadas à Umbanda, observaremos agora representações que se referem de maneira mais específica ao Candomblé. Durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, o Candomblé foi, em grande parte, colocado à margem pela mídia, aparecendo de forma esporádica e, quando presente, muitas vezes associada a estereótipos negativos. As recorrências observadas apontam para um processo de interpretação distorcida dos seus elementos culturais e religiosos, o que contribuiu para imagens estigmatizadas. Por isso, a forma como a mídia aborda, ainda que de forma sutil, contribuiu para a marginalização simbólica do Candomblé no imaginário social da época.

A reportagem selecionada para análise intitula-se “Segredos do Candomblé: Os filhos dos deuses africanos”²¹, publicada no ano de 1973 na edição 04 da revista *O Cruzeiro*. Com texto de José de Oliveira e fotografias de Vieira de Queiroz, a matéria ocupou um espaço significativo na edição, estendendo-se por 12 (doze) páginas. Logo em sua abertura, é

²¹ Revista *O Cruzeiro*. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=terreiro&pagfis=221716>. Acesso em: 14 de maio de 2025.

possível perceber o tom adotado pela publicação, marcado por um viés sensacionalista, já que a matéria se inicia com uma fotografia de um ritual dos filhos-de-santo do Candomblé, na qual um iniciado aparece coberto de sangue, adornado por guias e fios de conta, segurando um objeto ritualístico, enquanto as mãos ao redor do iniciado manipulam um animal sacrificado. Essa composição das imagens, somada ao título e letras grandes e à cor vermelha de fundo, constrói uma atmosfera de mistério e exotismo, além do sensacionalismo já afirmado anteriormente. Dessa forma, colabora para reforçar estereótipos historicamente associados às religiões de matriz africana. Por isso, ao destacar elementos considerados “chocantes” socialmente, em detrimento da profundidade simbólica e espiritual do Candomblé, a revista contribui para uma visão distorcida da religião.

Figura 7 - As duas primeiras folhas da matéria “Segredos do Candomblé”



Fonte: Revista O Cruzeiro, 1973, Vieira de Queiroz.

Como se pode perceber na imagem acima, logo no início da matéria, a introdução começa com o seguinte trecho:

A iniciação dos filhos-de-santo é uma cerimônia secreta restrita aos iniciados. Documentá-la constitui infração à severa norma sagrada do candomblé. Para realizar esta reportagem, os autores permaneceram durante três semanas ao lado do chefe do barracão até vencer suas esquivas e temores. Finalmente, obtiveram permissão para livre acesso ao ritual, sob a condição fundamental de tomarem um banho de ervas sagradas. E, assim ungidos, puderam cumprir a audaciosa missão, dia 1.º de dezembro, no terreiro de Yansã Egun-Nitá, localizado no bairro carioca de Jacarepaguá. (Oliveira, O Cruzeiro, 1973, p. 52).

O parágrafo de abertura "Os filhos dos deuses africanos" já anuncia, de forma explícita, a transgressão que sustenta a reportagem: o acesso a um ritual de iniciação que, segundo os próprios autores, é considerado secreto e restrito aos membros iniciados do culto. A publicação admite que a documentação desse momento constitui uma infração a uma norma sagrada do Candomblé, o que torna ainda mais evidente a postura invasiva adotada pelos repórteres. Ademais, a insistência da equipe jornalística em obter acesso a esse espaço tão sagrado, mesmo diante das resistências iniciais dos pais-de-santo, mostra um desrespeito estrutural às regras internas da religião e aos limites éticos da cobertura jornalística. O texto menciona que os autores permaneceram durante três semanas "ao lado do chefe de terreiro, até vencer suas exigências e temores". Essa frase carrega um tom preocupante, o "vencer" não é apenas uma conquista para os jornalistas, mas sim a superação de uma barreira ritual e cultural imposta por uma tradição religiosa que por muitas vezes foi estigmatizada.

Nesse sentido, ao narrar esse processo quase como uma "batalha" vencida pela reportagem, a matéria reforça a ideia de que o jornalismo tem mais autoridade do que os saberes tradicionais, como se tivesse o direito de revelar tudo, mesmo invadindo espaços sagrados. Trata-se, portanto, de uma lógica colonial do olhar. O Candomblé é aqui representado como um objeto a ser desvendado, exótico e oculto, que precisa ser revelado ao grande público, ainda que contra a vontade dos próprios praticantes. Vale destacar que, o fato da reportagem ter sido publicada em 1973, no auge da repressão promovida pela ditadura civil-militar, acrescenta outra camada à análise. Considerando o apoio editorial da revista à ditadura, a matéria atua como parte desse processo, contribuindo para a deslegitimação das práticas do Candomblé ao mesmo tempo em que a transforma em espetáculo voltado à curiosidade da audiência branca, letrada e urbana. Por esse motivo, ao invés de promover um diálogo respeitoso com a tradição afro-brasileira, a reportagem apenas reforça a lógica de silenciamento e exotização, retirando dessas religiões o direito de preservar seus segredos e sacralidades.

Nas páginas seguintes, a reportagem começa situando o leitor em um cenário quase ficcional: "Guanabara dorme no seu mundo de contrastes". O bairro Jacarepaguá está deserto" (Oliveira, 1973, p. 54). A escolha de palavras demonstra como o terreiro não está simplesmente em um bairro do Rio de Janeiro. Ele está em um lugar "outro", remoto e misterioso, diferente do mundo "civilizado" do leitor médio da revista. Em seguida, a frase "são negros brasileiros invocando seus deuses" (Oliveira, 1973, p. 54), reforça essa distância, apresentando a cena como um evento exótico e não como uma prática religiosa legítima. Ainda, a linguagem utilizada para descrever o momento sagrado é deliberadamente pejorativa.

O transe religioso, um dos pilares do Candomblé, é descrito com termos que remetem à perda de controle, como "movimentos convulsivos" (Oliveira, 1973, p. 54), que substitui a dança sagrada por termo médico. Além disso, a culminância do preconceito se dá ao classificar a música ritual como uma "orquestra bárbara" (Oliveira, 1973, p. 54), adjetivo explicitamente racista que nega a complexidade e a sacralidade dos atabaques.

Continuadamente, o olhar condescendente e a redução histórica se manifestam de forma clara na frase: "hoje os negros são livres e fazem ecoar apenas seus atabaques ritualísticos" (Oliveira, 1973, p. 54). Essa afirmação é carregada de um paternalismo que reduz a totalidade da vida e da cultura negra a uma única expressão "ritualística". O texto congela o Candomblé no tempo, tratando-o como uma relíquia folclórica da escravidão e não como uma fé dinâmica e contemporânea. Ainda, a própria premissa da reportagem se revela como uma violação ética. Os autores se posicionam como heróis em uma "audaciosa missão", vangloriando-se de terem superado as barreiras para documentar uma "cerimônia secreta" cuja documentação, como admitem, "constitui infração". Essa postura de explorador que invade um espaço sagrado e desrespeita suas regras fundamentais demonstra a profunda falta de respeito pela dignidade daquela comunidade religiosa. Linguagem pode ser uma ferramenta de opressão, despojando uma comunidade de sua dignidade e transformando sua fé em mero entretenimento para um olhar externo e preconceituoso.

Figura 8 - Imagens de alguns momentos da iniciação do jovem Yaô.



Fonte: Revista O Cruzeiro, 1973, Vieira de Queiroz.

Seguindo, as problemáticas continuam, outro trecho afirma "a navalha corta a carne" (Oliveira, 1973, p. 56), frase de impacto que introduz a seção sobre o sacrifício animal. O tom ainda sensacionalista, enfatiza a violência do ato ao invés de contextualizá-lo dentro da cosmologia do Candomblé. Em seguida, o texto diz: "Degolam-se um cabrito, quatro frangos, uma galinha-d'angola e um pombo branco. O sangue é derramado sobre o yaô, cobrindo-lhe todo o corpo" (Oliveira, 1973, p. 56). A descrição do ritual é feita com ênfase apenas no

sangue, reforçando a imagem de brutalidade e estranhamento. Com a possibilidade de esclarecer o significado espiritual do ebó (oferenda) e do uso do sangue como elemento de força vital e ligação com os orixás, a matéria prefere apresentar o ato como grotesco e chocante, alimentando preconceitos de que a religião é violenta e bárbara. O tom é completo de curiosidade superficial, não de respeito pelo processo. Mais adiante, ao narrar o isolamento de outras iniciadas o texto ainda afirma que "se abstém completamente de relações sexuais, sendo de notar que muitas delas são casadas" (Oliveira, 1973, p. 56), com evidente tom de estranhamento moral. Além disso, a menção à "escuridão total" (Oliveira, 1973, p. 56) da camarinha e à repetição de cânticos, também é apresentada como elemento de "choque", sugerindo isolamento e fanatismo.

Figura 9 - A seção sobre o sacrifício animal.



Fonte: Revista O Cruzeiro, 1973, Vieira de Queiroz.

Em seguida, na seção intitulada "A grande hora dos sacrifícios", a narrativa aposta mais uma vez em um tom cinematográfico: "Na madrugada, o silêncio é total...berros de bodes e cacarejar de galinhas" (Oliveira, 1973, p. 60). O sagrado é tratado com a mesma lógica de uma cena de suspense, mais uma vez, apresenta sem contextualização e investe na estética do choque. A narrativa se intensifica quando se afirma que o pai-de-santo "anuncia a matança" (Oliveira, 1973, p. 60). O uso do termo "matança" - recorrente na matéria - mostra a abordagem distorcida e reducionista, ignorando o valor simbólico do ebó e estabelecendo associações imediatas com a brutalidade. Além disso, o texto destaca visualmente, no uso de grande número de fotografias, a presença do sangue como um elemento perturbador sem qualquer esclarecimento.

Outro aspecto problemático, está na transformação do sagrado em um espetáculo, "corta-lhe a garganta, derramando o sangue sobre o yaô", ou "a cabeça do bode fica no colo do iniciado" (Oliveira, 1973, p. 60), compõem a narrativa de impacto, voltada ao consumo da imagem. A religião deixa de ser um espaço de fé e passa a ser um objeto de observação

estética. Além disso, a presença do orixá é descrita como se fosse uma cena de possessão ou histeria. Assim, antes de construir uma ponte entre o leitor e o universo da religião, a reportagem amplia a distância e reforça o preconceito e a intolerância religiosa. O texto opta por uma exposição que sugere vulnerabilidade e estranhamento, a matéria fala sobre o Candomblé, mas não com ele nem a partir dele.

No trecho final da reportagem da revista *O Cruzeiro* (1973), há uma tentativa de alterar o tom sensacionalista que predominou ao longo da matéria. A seção intitulada "A palavra do rei" apresenta a figura de José Ribeiro, chamado de "Rei do Candomblé", como alguém que representa uma face respeitável e erudita da religião. Ribeiro é descrito como "iniciado desde os 13 anos" (Oliveira, 1973, p. 63), estudioso das línguas africanas e participante de conferências internacionais. A escolha de dar voz a essa figura no encerramento do texto parece sugerir uma forma de "redenção" do Candomblé, como se o reconhecimento social e intelectual do pai-de-santo pudesse compensar as distorções presentes na narrativa até então.

No entanto, essa tentativa de reabilitação simbólica da religião é, em si, problemática. O texto valoriza José Ribeiro não exatamente por sua atuação dentro do terreiro, mas por sua capacidade de ocupar espaços institucionais fora dele, foi autor de dezenas de livros, professor de línguas africanas e conferencista em universidades estrangeiras (Arantes, 2023). De acordo com o Dicionário Cravo Albin (2025)²², José Ribeiro também teve papel fundamental na difusão dos cânticos do Candomblé por meio de discos, programas de rádio e televisão. Lançou em 1971 o álbum "No Reino de Angola" com seus filhos de santo, seguido por "Cânticos e Encantos dos Orixás" (1973), considerado referência ritualística e ainda utilizado em diversos terreiros.

Embora sua trajetória seja, de fato, notável, a forma como a reportagem apresenta está impregnada da lógica de legitimação seletiva. O Candomblé só seria digno de respeito quando representado por alguém que se adapta aos códigos de prestígio da sociedade branca e letrada. Além disso, ao concentrar a autoridade religiosa em uma figura que é percebida como "exceção", o texto perpetua a ideia de que o restante do universo do Candomblé permanece mergulhado na ignorância, no mistério ou no atraso.

Essa estratégia discursiva é comum em representações midiáticas sobre religiões afro-brasileiras no período do regime militar, enquanto o corpo da matéria reitera imagens de sacrifícios, escuridão e rituais obscuros, o final oferece um "alívio" ao leitor, mostrando que,

²² Dicionário Cravo Albin. Disponível em: <https://dicionariompb.com.br/artista/jose-ribeiro/>. Acesso em: 23 de junho de 2025.

apesar de tudo, há alguém "esclarecido" dentro da tradição. É uma forma de preservar a ordem simbólica sem de fato romper com o preconceito, visto que, os elogios à figura de José Ribeiro não anulam os estigmas projetados anteriormente, ao contrário, confirma-os.

Portanto, a aparente valorização de José Ribeiro serve mais como um instrumento de contenção do estranhamento provocado pelas páginas anteriores do que como um reconhecimento efetivo da diversidade profunda do Candomblé. Trata-se de uma operação discursiva típica da lógica colonial que transforma o religioso afro-brasileiro em objeto de validação externa, sendo respeitado não por sua fé, mas por sua capacidade de ocupar lugares reconhecidos pelas estruturas de poder. Aquilo que tem origens africanas só é valorizado quando se torna inteligível e aceitável aos olhos brancos, ou seja, quando se adequa aos critérios da normatividade ocidental.

Essa prática pode ser interpretada à luz do colonialismo, conforme argumenta Walter Mignolo (2007, p. 43) ao afirmar que, na lógica da colonialidade do saber, "você não é como eu, portanto, é inferior". Nessa perspectiva, o reconhecimento só ocorre mediante assimilação ou domesticação da alteridade. Como desenvolve Frantz Fanon (1965, p. 48), o racismo atua como "a explicação emocional, afetiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização", ou seja, é parte de um sistema que marginaliza tudo o que foge do padrão eurocêntrico de civilização e racionalidade.

Nesse sentido o discurso que aparentemente exalta figuras como José Ribeiro participa, ainda que sutilmente, da lógica colonial que inferioriza as práticas religiosas de matriz africana. Conforme explica Fernandes (2017), a intolerância religiosa contra essas religiões tem raízes profundas no pensamento colonial, que impõe uma hierarquia entre religiões legítimas e ilegítimas com base em critérios raciais, culturais e epistemológicos.

No entanto, não podemos finalizar esta análise sem destacar uma outra possibilidade: o propósito. É possível que o terreiro tenha se deixado fotografar como uma forma de resistência e "afrota" a sociedade e ao regime político do período. Consideramos essa possibilidade também para ir contra a ideia de apenas o protagonismo dos repórteres, que após muita insistência, "venceram" a batalha. O deixar entrar e escolher que momentos eles poderiam acompanhar foi uma decisão do terreiro, então não podemos deixar de visualizar por esta perspectiva também.

Figura 10 - O jovem yaô ao final de sua iniciação.



Fonte: Revista O Cruzeiro, 1973, Vieira de Queiroz.

5.2 CONCLUSÃO: A FÉ SOB CONTROLE

A análise das reportagens da revista *O Cruzeiro* durante o período da ditadura civil-militar revela um retrato complexo e profundamente contraditório das religiões de matriz africana, desvendando como a mídia hegemônica atuou não apenas como um espelho mas como um agente ativo na construção de perpetuação de hierarquias raciais e culturais. Ao longo das páginas analisadas, torna-se evidente que a representação da Umbanda e do Candomblé oscilou entre uma aceitação seletiva e folclorizada e uma marginalização explícita e sensacionalista. Ambas as abordagens, embora aparentemente opostas, convergiam para um mesmo objetivo: neutralizar o potencial político e a autonomia dessas fés, enquadrando-se em narrativas que serviam aos interesses de um Estado autoritário e de um projeto nacional excludente.

Por um lado, a Umbanda foi frequentemente apresentada sob o véu o sincretismo "palatável" e de uma brasilidade romantizada, como visto nas celebrações de Iemanjá, que reuniam multidões e ganhavam status de espetáculo cultural. Essa visibilidade, no entanto, era condicional. O discurso midiático da época, como o do jornalista Ubiratan de Lemos, buscou ativamente despolitizar a religião, descrevendo-a como um "mecanismo de Segurança

Nacional" por sua suposta ausência de partidário ideológico, em contraste direto com figuras de oposição ao regime, como Dom Hélder Câmara. Essa narrativa era funcional para o regime militar, que via na Umbanda uma expressão da "democracia racial" e uma ferramenta para o controle de massas, ao mesmo tempo em que ignorava o preconceito latente que levava milhões de adeptos a não se autodeclararem por medo. A religião era, assim, tolerada enquanto se mantivesse no espaço do folclore, da caridade apolítica ou como uma manifestação exótica da identidade nacional.

Em contrapartida, quando a mídia se debruçava sobre o Candomblé, especialmente sobre seus rituais internos, a abordagem mudava drasticamente para o sensacionalismo e a exotização. A reportagem "Segredos do Candomblé" é emblemática desse processo, iniciando com a própria confissão de que documentar a cerimônia de iniciação era uma "infração à severa norma sagrada". A postura dos jornalistas, que se descrevem em uma "audaciosa missão", revela uma lógica colonialista, na qual a religião é um objeto a ser desvendado e exposto, independentemente da vontade de seus praticantes. A linguagem utilizada para descrever os rituais, com termos como "orquestra bárbara", "movimentos convulsivos" e o uso recorrente de "matança" para se referir ao sacrifício, despojar os atos de seu profundo significado para transformá-los em um espetáculo grotesco, alimentando o imaginário de uma religião violenta e primitiva.

Contudo, por trás dessas representações midiáticas, pulsava uma realidade de intensa perseguição e resistência. Os testemunhos de lideranças como Mãe Meninazinha d'Oxum demonstram que a violência institucional era uma constante, com batidas policiais, destruição de objetos sagrados e a apreensão de artefatos pelo DOPS. A estratégia de levar os rituais "para o mato" surge, portanto, não apenas como um dado histórico, mas como um poderoso símbolo da luta pela sobrevivência do sagrado diante de um Estado repressor. Essa diáspora forçada para as periferias e florestas contrapõe a imagem romantizada das celebrações nas praias e revela a tensão diária entre a visibilidade performática tolerada pela mídia e a invisibilidade necessária para a preservação da fé.

Finalmente, a análise demonstra que mesmo os momentos de aparente validação eram problemáticos. A legitimação de figuras como José Ribeiro se dava menos por sua autoridade religiosa intrínseca e mais por sua capacidade de dialogar com os códigos da sociedade, como autor de livros e conferencista internacional. Essa lógica da "exceção" reforçava o estigma sobre o restante da comunidade, sugerindo que o Candomblé só seria digno de respeito ao ser filtrado por uma validação externa. Em síntese, este capítulo evidencia que a mídia do período não foi uma espectadora passiva, mas sim uma ferramenta crucial na manutenção da ordem

simbólica da ditadura, utilizando estratégias de assimilação e de repulsa para gerenciar e controlar as religiões de matriz africana, silenciando suas dimensões políticas e de resistência e, com isso, perpetuando estereótipos e uma intolerância cujas feridas permanecem abertas na sociedade até os dias atuais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta investigação, que se debruçou sobre as complexas e contraditórias representações das religiões de matriz africana na revista *O Cruzeiro* durante a ditadura civil-militar (1964-1985), torna-se evidente que a mídia hegemônica daquele período transcende a função mera espectadora dos fatos. A análise revela que o veículo atuou como um agente ativo e fundamental na construção e perpetuação de hierarquias raciais e culturais, empregando estratégias discursivas que, embora distintas em sua abordagem para a Umbanda e o Candomblé, convergiam para um objetivo comum: a neutralização de seu potencial político e a reafirmação de um projeto de nação autoritário e excludente. As páginas da revista se tornaram um campo de batalha simbólico, no qual, a fé afro-brasileira foi ora assimilada como folclore, ora rechaçada como barbárie, em um movimento que espelhava e legitimava as políticas de controle do Estado.

A trajetória de perseguição, como demonstrado no primeiro capítulo, não foi inaugurada pelo regime de 1964, mas herdeira de uma longa genealogia de violência que remonta ao período colonial e se codifica na República. Contudo, foi sob a ditadura que essa perseguição ganhou contornos de "segurança nacional". A paranoia estatal, evidenciada em documentos do SNI que viam qualquer articulação da população negra como um ato subversivo, encontrou na imprensa um poderoso aliado. As narrativas de *O Cruzeiro*, portanto, não podem ser lidas de forma dissociada deste contexto. Ao apresentar a Umbanda como uma religião apolítica - "o maior INPS do Brasil", no qual, "não existe um Dom Hélder Câmara nos terreiros" -, a revista oferecia ao regime uma versão domesticada e funcional da fé, alinhada ao mito da "democracia racial". Em contrapartida, ao descrever o Candomblé com um vocabulário que evocava o grotesco - "orquestra bárbara", "matança" e "a navalha corta a carne" -, reforça o estigma do "outro" primitivo, justificando simbolicamente a vigilância e a repressão.

Essa articulação entre o discurso midiático e a violência cotidiana é vivida de forma ainda mais explícita em fontes jornalísticas da época, que naturaliza a perseguição. Um exemplo notório, encontrado no jornal *Luta Democrática* (RJ) em 1971, noticia na matéria intitulada "O Mata-Gatos"²³, a súbita internação de um delegado de polícia que se notabilizou pela "perseguição de garotas de biquínis, barbudos e terreiros de macumba" (1971, p. 8). A

²³ Jornal *Luta Democrática* (RJ). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=terreiros%20de%20macumba&pasta=ano%201971&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=49107>. Acesso em: 27 de maio de 2025.

inclusão dos "terreiros de macumba" ao lado de outros alvos da cruzada moral do regime demonstra como a repressão a essas religiões foi parte de um projeto mais amplo de controle comportamental. A matéria vai além e, ao especular sobre causa do mal que acometeu a autoridade, lista como possibilidades "intoxicação premeditada, trabalho de macumba e sistema nervoso" (1971, p. 8). A simples menção de um "trabalho de macumba" como hipótese plausível, em pé de igualdade com um envenenamento, mostra a profunda penetração do estereótipo da religião como uma força maléfica e perigosa no imaginário social, um medo que a própria imprensa ajudava a construir e que, por sua vez, servia para legitimar a violência contra seus praticantes. Ao mesmo tempo, deixa "escapar" a violência que ocorria contra as religiões de terreiro.

O legado dessas representações é duradouro e reverbera até o presente. A distinção entre uma Umbanda "do bem", sincrética e mais próxima do cristianismo, e um Candomblé "do mal", secreto e supostamente perigoso, é um estereótipo solidificado por décadas de narrativas como as analisadas neste trabalho. A lógica da legitimação seletiva, observada no tratamento dado a figuras como José Ribeiro - valorizado mais por sua capacidade de dialogar com os códigos da elite letrada do que por sua autoridade religiosa intrínseca -, ainda opera na forma como a sociedade e a mídia atuais escolhem quais vozes e práticas religiosas são dignas de respeito. A persistência de ataques a terreiros evidencia que a desumanização promovida no passado continua a alimentar a violência no presente, provando que o combate à intolerância religiosa passa, impreterivelmente, pela desconstrução crítica dessas imagens e narrativas históricas.

Outro ponto a destacar é sobre a não presença de matérias que explicitem a violência em terreiros. Primeiro, é notório, como vimos, o alinhamento do periódico com as ideias e o projeto da ditadura civil-militar. Depois, como também destacamos ao longo desta pesquisa, havia censura à imprensa especialmente após o AI 5 (1968). Assim, a violência e a repressão não estão explícitas nas páginas da revista *O Cruzeiro*, e nem em periódicos diários que tentamos localizar em um mapeamento rápido. Isso, portanto, não significa que não houve violência, significa, pelo contrário, o silenciamento sobre ela. Por outro lado, a presença das reportagens aqui analisadas, embora com os problemas editoriais já abordados, nos mostra que o projeto nacional do período não conseguiu conter a expansão das religiões afro-brasileiras, ou seja, em um momento de repressão e violência, os terreiros resistiram e mantiveram suas práticas, crenças e cultos.

Vale destacar também, a escolha do título deste trabalho - Narrativas de Controle: Candomblé, Umbanda e a Construção da "Religiosidade Ideal" na revista *O Cruzeiro*

(1964-1985). Ele reflete justamente o eixo central identificado na análise: o papel ativo da imprensa na formulação da religiosidade aceitável aos moldes do regime. À exemplo, ao destacar a Umbanda sincrética, despolitizada e próxima dos valores cristãos como a expressão mais legítima da fé afro-brasileira, a revista contribuiu para a construção de uma "religiosidade ideal", funcional ao projeto autoritário. Em contrapartida, ao retratar o Candomblé como oculto, violento e exótico, as reportagens criaram e reforçaram um estigma que associava determinadas práticas a uma ameaça à ordem. Diante do exposto, essa dualidade mostra não apenas uma lógica de controle simbólico, mas também a tentativa de moldar os limites do que poderia ou não existir publicamente enquanto expressão religiosa no Brasil.

Por fim, este trabalho, ao se concentrar na análise da revista *O Cruzeiro*, reconhece suas próprias limitações. Embora tenha sido um dos veículos de maior circulação, uma investigação futura poderia ampliar o escopo para incluir outras publicações da grande imprensa, a fim de traçar um panorama comparativo das representações. Ademais, como apontado, é um grande desafio. Portanto, um caminho fundamental para pesquisas futuras seria o aprofundamento na coleta de fontes orais, registrando as memórias de ialorixás e babalorixás que vivenciaram e resistiram a esse período, garantindo que suas histórias não se percam e que a narrativa de resistência seja contada por seus próprios protagonistas. A análise aqui empreendida, contudo, reafirma a importância de compreender a imprensa não como um arquivo neutro do passado, mas como um campo de poder decisivo na conformação das disputas sociais, e evidencia que a luta pelo direito à liberdade de culto no Brasil é, e sempre foi, uma luta antirracista por memória, dignidade, pelo direito de existir.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. J. da S.; OLIVEIRA, C. F. de. Ditadura Militar e o Instituto de Educação Rangel Pestana. **Ensino em Perspectivas**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–11, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/9007>. Acesso em: 19 maio 2025..

CAPONE, Stefania. **A busca da África no candomblé: tradição e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. Disponível em: https://www.academia.edu/7922721/A_Busca_da_Africa_no_Candomblé_Tradição_e_poder_no_Brasil. Acesso em: 19 jun. 2025.

CAZARIN, E. A.; MENEZES, E. S. de. A mídia e o golpe de 1964: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares. **Revista Conexão Letras**, [S. l.], v. 9, n. 11, 2015. DOI: 10.22456/2594-8962.55145. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55145>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CONSTANTINO, Thaís Monique Batista. **CORPO ENCANTADO: a (in)corporação de caboclas e caboclos no Templo de Umbanda Pai Oxalá**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Campus de Aquidauana, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 179 p., 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6732>. Acesso em: 13 jul. 2025.

D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968). In: **DELGADO, Lucília de A. Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4, p. 14–59.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: **DELGADO, Lucília de A. Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4, p. 166–202.

FANON, Frantz. **Racismo y cultura. Por la revolución africana: escritos políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1965. p. 43–58.

HEIM, Bruno Barbosa; HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro; ARAÚJO, Maurício Azevedo de (Orgs.). Direitos dos povos de terreiro. Salvador: Eduneb, 2018.

JENSEN, Peter. Religião afro-brasileira e repressão: uma abordagem crítica da literatura sobre o candomblé e a umbanda durante a ditadura militar. **Revista de Estudos da Religião – REVER**, São Paulo, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2001/p_jensen.pdf. Acesso em: 23 jun. 2025.

LIMA, Vagner Gonçalves da Silva. Religiões afro-brasileiras e censura no regime militar. **Revista Ciências Humanas UFSC**, v. 1, n. 1, p. 1–18, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23615>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: **PINSKY, Carla Bassanegi (org.)** Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111–153.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; SILVA, Leonardo Vieira. **Terreiros e Ditadura Civil-Militar: Apontamentos para Violências Ainda Fora da História Oficial**. Blog BVPS, 5 abr. 2024. Disponível em: <https://blogbvps.com/2024/04/05/terreiros-e-ditadura-civil-militar-apontamentos-para-violencias-ainda-fora-da-historia-oficial-ana-paula-mendes-de-miranda-e-leonardo-vieira-silva/>. Acesso em: 14 set. 2024

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa**. Organização de **Djamila Ribeiro**. São Paulo: Feminismos Plurais, 2020.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro: umbanda e sociedade brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PAULO FRANCO, G. As religiões de matriz africana no Brasil: luta, resistência e sobrevivência. **Sacrilegens**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 30–46, 2021. DOI: 10.34019/2237-6151.2021.v18.34154. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/34154>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054–1079, 2018. DOI: 10.1590/2179-8966/2018/33900. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DWf3hXwfgJdxQY3CJ8gCgvj/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiros da fé: os filhos de santo nas religiões afro-brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROHDE, Bruno Faria. Umbanda, uma religião que não nasceu: breves considerações sobre uma tendência dominante na interpretação do universo umbandista. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 1, p. 77-96, mar. 2009. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_rohde. Acesso em: 13 jul. 2025.

SÁ BARRETO JUNIOR, J. Discriminação legal às religiões de matrizes africanas (1889 – 1988). **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 115–128, 2021. DOI: 10.29327/269579.4.3-10. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/5051>. Acesso em: 14 set. 2024.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: as condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**. **Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171–197, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/hphSyQc6TDYyWFbJ5gkVMWD/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, José Bento Rosa da. Sob o signo de Cam: as lutas da tradição religiosa de matriz africana contra a intolerância no Brasil republicano. 2011. **Repositório ISCTE -Instituto Universitário de Lisboa**. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2336?locale=pt_PT. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, Lucília Carvalho da; SOARES, Katia dos Reis Amorim. A intolerância religiosa face às religiões de matriz africana como expressão das relações étnico-raciais brasileiras: o terreno do combate à intolerância no município de Duque de Caxias. **Revista EDUC – Faculdade de Duque de Caxias**, Duque de Caxias, v. 1, n. 3, jan./jun. 2015. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170608150213.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira**. São Paulo: Ática, 1994. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001133709>. Acesso em: 14 set. 2024.

SOUZA, Douglas Santos. Representações de Iemanjá na capital baiana: encruzilhada entre a negritude e o embranquecimento imagético. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) – **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/5246>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SOUZA, Fabíola Amaral Tomé de. Umbanda e Ditadura Civil-Militar: relações, legitimação e reconhecimento. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, n. 11, p. 13–32, 2017. DOI: 10.11606/ran.v0i0.96765. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/96765>. Acesso em: 14 set. 2024.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. Cruzeiro, O. In: **ABREU, Alzira Alves de** (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20%20\(DHBB\).pdf](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CRUZEIRO%20%20(DHBB).pdf). Acesso em: 20 jun. 2025.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2007.